



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL

BOLETIM MUNICIPAL das Deliberações e Decisões

Ano XXI - N.º 20 / 2020 - 29 de setembro de 2020



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 29 de setembro de 2020

Tiragem: 13 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

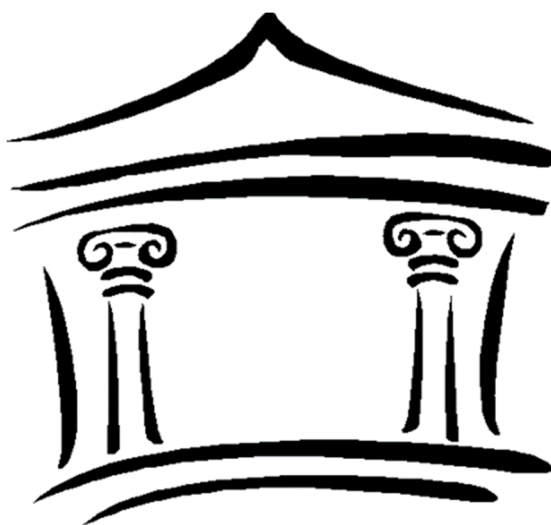
Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/

ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 16 de setembro de 2020	
Moção	7
Voto de Pesar	7
13.ª Alteração Orçamental Permutativa de 2020	
16.ª Alteração Orçamental	8
Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior (Engenharia de produção animal/engenharia zootécnica)	9
Concurso público para a aquisição de prestação de serviço de segurança e vigilância humana, rondas de segurança e vigilância eletrónica	9
Revogação do direito de superfície e constituição de novo direito de superfície de parcela de terreno designada "Quinta de São Carlos", em Caneças, na Rua Rosa dos Santos Teixeira, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	10
Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Odivelas e o Conselho Nacional de Associações dos Profissionais de Educação Física e Desporto	13
Participação do Município de Odivelas no Projeto Europeu sobre Pobreza Energética em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa	17
Correção à informação técnica que serviu de suporte à deliberação de licenciamento das alterações ao lote 24 do alvará de licença de loteamento n.º 04/67	18
Alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011, do Bairro dos Quatro, para os Lotes 471 e 472, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	18
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2001, do Bairro Trigache Norte AUGI 1, para o Lote 194, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	18
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 714, inserido no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	19
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	19
Editais	24
Avisos	25
Decisões com Eficácia Externa	27

	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 16 de julho de 2020	
Recomendações	39
Moção	44
Voto de Pesar	45
Voto de Saudação	45
Pontos pendentes	45
4.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 17 de setembro de 2020	
Recomendações	46
Moção	51
Voto de Congratulação	51
Voto de Pesar	52
Republicação do <i>Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos</i>	53
ANEXO	
<i>Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos</i>	

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



CÂMARA MUNICIPAL

18.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 16 de setembro de 2020

DELIBERAÇÕES

MOÇÃO

“ALTERAR A PORTARIA QUE REGULA OS RÁCIOS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS

O insuficiente número de Assistentes Operacionais nas Escolas é uma realidade permanente, com consequências no acompanhamento e apoio aos alunos e no normal funcionamento das Escolas.

É uma situação que tem merecido a denúncia por parte dos pais e da generalidade da comunidade escolar que exigem o reforço desses profissionais.

O rácio estabelecido pela portaria n.º 272-A/2017 de 13 de setembro é manifestamente desadequado da realidade concreta das escolas, tornando-se urgente proceder a uma alteração que responda às necessidades objectivas de cada escola no que concerne às suas características e inserção no meio, à tipologia de edifícios, ao número de alunos no geral, ao número de alunos com necessidades educativas especiais.

O próprio diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação (Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro), estabelece que no prazo de um ano após a sua entrada em vigor será fixada uma fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas. Contudo, tal não se verificou!

No contexto de pandemia, em que as Escolas são confrontadas com novas exigências no seu funcionamento por forma a garantir as condições definidas pelo ministério da Educação e pelas Autoridades de Saúde, é imprescindível o reforço

de assistentes operacionais para assegurar as inúmeras tarefas decorrentes dos planos de contingência.

Assim, a Câmara Municipal de Odivelas reunida em Sessão Ordinária a 16 de Setembro de 2020, delibera solicitar ao Governo a alteração à portaria n.º 272-A/2017 de 13 de Setembro, por forma a dotar as escolas com os profissionais efectivamente necessários ao seu regular funcionamento.

(Apresentado pela bancada da CDU - aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 18 de setembro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovada por unanimidade)

VOTO DE PESAR

“PELOS BOMBEIROS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS DE 2020

9 de setembro, 18 horas. Ecoam na cidade de Odivelas as sirenes dos Quarteis de Bombeiros do concelho, anunciando mais uma triste notícia.

O ano de 2020 ficará para sempre marcado nas nossas memórias como um ano de grandes perdas. Acompanhamos com pesar as informações do falecimento de mais um Soldado da Paz, o que nos deixa profundamente consternados, em particular nesta época de incêndios em que se regista o maior número de bombeiros falecidos em serviço, desde 2013.

Os homens e mulheres que diariamente dedicam a sua vida a esta causa são exemplo pela sua coragem e abnegação na defesa do território nacional, em prol da segurança e do bem-estar de toda a comunidade. Uma importante e louvável missão de serviço público que os leva, tantas vezes, a colocar em risco a própria vida. São eles os heróis destas batalhas e cumpre-nos não deixar que sejam esquecidos.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Odivelas lamenta e manifesta o seu profundo pesar por estes trágicos desfechos, apresentando as mais sentidas condolências aos familiares, amigos e colegas das vítimas.

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 18 de setembro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)"

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

13.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA 2020 16.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

Proposta da 16.ª Alteração Orçamental - 13.ª Alteração Orçamental Permutativa de 2020, que reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento, de acordo com a informação n.º Interno/2020/6858, de 2020.09.09, e nos termos do documento referente à 13.ª Alteração Orçamental Permutativa de 2020.

"13.ª Alteração Orçamental Permutativa

A 13.ª Alteração Orçamental Permutativa de 2020, reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento. De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

- Departamento Jurídico e de Administração Geral:

. Na rubrica "COVID 19 - Prevenção e Proteção", o valor de 75.000,00 € (Setenta e cinco mil euros);

. O valor de 10.000,00 € (dez mil euros), referente à rubrica "Outros Juros".

- Departamento de Obras Municipais e Habitação:

. 86.100,00 € (Oitenta e seis mil e cem euros), referente ao projeto "Rede Viária - Projetos";

. 78.500,00 € (Setenta e oito mil e quinhentos euros), referente ao projeto "Conservação, Reparação e Beneficiação de Instalações Municipais - Desenvolvimento e Apoio a Intervenções";

. O valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros), no projeto "Criação e Preservação de Espaços Urbanos - Manutenção de Fontes".

- Departamento de Educação e Coesão Social:

. No projeto "Apoio a Entidades Sociais - PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo Social - Medida III - Beneficiação de Instalações", o valor de 46.500,00 € (Quarenta e seis mil e quinhentos euros);

. No projeto "Candidatura "Promoção para a Integração dos Sem Abrigo"", o valor de 20.000,00 € (Vinte mil euros).

- Departamento de Desporto, Cultura e Turismo:

. O valor de 26.972,18 € (vinte e seis mil e novecentos e setenta e dois euros e dezoito centavos), no projeto "Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo - Centro Interpretativo";

. O montante de 7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros), no projeto "Intervenção no Túmulo D. Dinis".

Deste modo, a Alteração Orçamental da Despesa totaliza 740.459,08 € (Setecentos e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e oito centavos), verificando-se um aumento das despesas de capital no valor de 25.858,22 € (Vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois centavos), por contrapartida de uma diminuição de igual montante ao nível das despesas correntes, conforme quadro seguinte:

ALTERAÇÃO DESPESA
Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	332 910,46	358 768,68
Total de Despesas Capital	407 548,62	381 690,40
Total Geral	740 459,08	740 459,08

(un: euros)

De acordo com o disposto na Lei 73/2013, de 3 de setembro, verifica-se assim que se encontra cumprido a regra do Equilíbrio Orçamental, conforme quadro seguinte:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Receita Corrente Bruta Orçamentada	80.067.198,66	Despesa Corrente Orçamentada	81 353 668,47
Saldo De Gerência Consignado	4.500.000,00	Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazo	2.220.430,33
Total (1)	84.567.198,66	Total (2)	83 574 098,80
Receita Corrente Bruta + Saldo de Gerência Consignado > Despesa Corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazo (3) = (1) - (2)			993 099,86

(un: euros)

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente alteração orçamental, verifica-se uma diminuição de 0,03% das despesas correntes, por contrapartida de um aumento de 0,07% das despesas de capital."

(Aprovado por maioria)

RECURSOS HUMANOS

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR

Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior (Engenharia de produção animal/engenharia zootécnica), com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o serviço de Veterinária Municipal, e afetação do montante de € 3.680,01 (três mil seiscentos e oitenta euros e um cêntimo), de acordo com o previsto no artigo 5.º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com a informação n.º Interno/2020/6634, de 2020.09.01.

(Aprovado por unanimidade)

AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA HUMANA, RONDAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ELETRÓNICA

Procedimento por concurso público para a aquisição de prestação de serviço de segurança e vigilância humana, rondas de segurança e vigilância eletrónica, nas instalações de administração direta e indireta do Município de Odivelas, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/6833, de 2020.09.08:

"(...) 1. Tramitação procedimental e peças processuais:

1.1. Propõe-se os seguintes elementos do júri:

Presidente – Dra. Susana Teixeira
Vogal efetivo – Dra. Cláudia Cardoso, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos
Vogal efetivo – Dra. Maria Borges Carneiro
Vogal suplente – Dra. Paula Cardoso
Vogal suplente – Dra. Marta Vieira

1.2. Preço base: O preço base deste procedimento será de € 2.835.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, consubstanciando-se num valor anual estimado de € 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil euros). Nestes valores está incluído o valor de € 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil euros) para bolsa de horas a utilizar no decurso do contrato (€ 117.000,00/ano).

Os procedimentos concursais adjudicados entre 2017 e 2019, referente a Segurança e Vigilância Humana, Rondas de Segurança e Vigilância Eletrónica, foram no valor global de € 2.179.904,46, ao qual acresceu IVA. O acréscimo ao preço agora proposto, deve-se ao facto de terem existido aumentos do salário mínimo nacional e do número de instalações municipais onde se presta o referido serviço.

2. Autorização da despesa

2.1 Tendo em consideração o preço base, a despesa global será de € 2.835.000,00 ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, para os 36 meses, sendo distribuído do seguinte modo:

a) € 2.340.000,00, ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, referente à Prestação de Serviço de Segurança e Vigilância Humana e Rondas de Segurança – € 65.000,00/mês;

b) € 351.000,00, ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, que corresponde ao estimado para a bolsa de horas em instalações municipais - € 117.000,00/ano;

c) € 144.000,00, ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, que corresponde ao estimado para a vigilância eletrónica em instalações municipais - € 4.000,00€/mês.

3. Autorização nos termos do artigo 68º da Lei do Orçamento de Estado - 2020

3.1. No seguimento da Lei nº 2/2020, de 31 de março – LOE-2020, e uma vez que o que se pretende é uma prestação de serviços, nos termos do artigo 68º, todas as prestação de serviço terão de verificar os seguintes termos:

A. Se o valor proposto a pagar nesta aquisição não ultrapassa os valores gastos em 2019 relativamente ao mesmo objeto - Serviços de vigilância, no entanto a contraparte é indeterminável.

B. Se o valor unitário, não ultrapassa os valores gastos em 2019.

Assim sendo, verifica-se:

3.2. O presente pedido trata-se de um contrato com valor gasto com o objeto acima mencionado no entanto a contraparte é indeterminável.

3.3. Nos termos acima descritos, e dado que não existe impedimento para a presente contratualização, só poderá ser dado início ao procedimento após a despesa ter sido autorizada.

4. Autorização do órgão deliberativo (2021, 2022 e 2023)

4.1. Atendendo ao montante da despesa, o procedimento legal que se propõe realizar é o de Concurso Público nos termos do artigo 130º a 161º do CCP.

4.2. O procedimento irá ocorrer em mais de que um ano económico, no entanto o valor proposto encontra-se inscrito nos anos seguintes nas GOP's, conforme documento que se anexa, pelo qual já se encontra autorizado pelo órgão deliberativo.

4.3. O decurso contratual tem a previsão de 12 meses eventualmente renovável por 2 períodos de

igual duração, a encontra-se inscrito nos respetivos planos de atividades:

2021 – € 945.000,00, ao qual acresce IVA, dizendo respeito ao 1º ano de contrato;

2021 – € 945.000,00, ao qual acresce IVA, dizendo respeito ao 2º ano de contrato;

2023 – € 945.000,00, ao qual acresce IVA, dizendo respeito ao 3º e último ano de contrato.

5. Autorização de cabimento

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, deve o presente processo ser remetido ao SC, atendendo a que o nº 3 do artigo 22º do DL nº 197/99, de 8 de junho, permite que nos 60 dias anteriores ao fim do ano económico possa ser adjudicada uma prestação de serviço cujos seus efeitos se iniciem no ano económico imediato.

A despesa tem suporte orçamental na rubrica: 3407/020218 – PAM 32/2020

6. Mais se propõe que seja autorizada a nomeação do Gestor do Contrato a técnica CLÁUDIA ALEXANDRA SERRA CATALÃO BORGES CARDOSO (...)” (excerto da Informação Interno/2020/6833 de 2020.09.08)

(Aprovado por unanimidade)

REVERSÃO DE PARCELA DE TERRENO

REVOGAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE E CONSTITUIÇÃO DE NOVO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELA DE TERRENO

Revogação do direito de superfície a favor da Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças, no âmbito da deliberação tomada na 14.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 10 de julho de 2019 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 15 de 2019*, página 12), e consequente reversão, para o Município de Odivelas, nos termos da minuta de acordo de reversão, da parcela de terreno com a área de 4.861,00m², sita na denominada Quinta de São Carlos, Freguesia de Caneças, Concelho de Odivelas, confrontando a norte com domínio público/Rua Armando Catita Bernardino, a sul com domínio Público, a nascente com área de cedência para equipamento, e a poente com domínio

público/Rua Rosa dos Santos Teixeira, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha n.º 4054, da Freguesia de Caneças e inscrita na Matriz Predial Urbana sob o artigo 7645, com o valor patrimonial de € 14.660,00 (catorze mil seiscentos e sessenta euros), ambas da União das Freguesias de Ramada e Caneças.

Constituição, a título gratuito, de um novo direito de superfície da aludida parcela a favor do Centro Comunitário e Paroquial de Caneças (CCPC), mediante contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) anos, eventualmente prorrogado por igual período, a contar da data da celebração do referido contrato, à qual é atribuído para efeitos deste último, o valor de € 14.660,00 (catorze mil seiscentos e sessenta euros), nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e nos termos do previsto na alínea b) n.º 2 e 3 do artigo 167.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova em anexo o Novo Código do Procedimento Administrativo, de acordo com a informação n.º Interno/2020/2835, de 08.04.2020.

«ACORDO DE REVERSÃO

--- Aos ____ e ____ dias do mês de ____ de dois mil e vinte, neste Município de Odivelas, no edifício dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, perante mim, _____, compareceram como outorgantes: -----

PRIMEIRO – Fernando José Martins André, natural de Cardigos, Concelho de Mação, com domicílio na Rua do Pinhal Verde, 4, 1685-515 Caneças, portador do cartão de cidadão com o número de identificação civil 07344619 0 ZY4, válido até 26/10/2027, emitido pelos Serviços da República Portuguesa, o qual intervém na qualidade de Pároco da Paróquia de S. Pedro de Caneças, em representação da Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças (doravante, abreviadamente FIPSPC), Pessoa Coletiva Religiosa número 501 861 017, com sede na Igreja Paroquial, Largo Vieira Caldas, em Caneças, Concelho de Odivelas, com poderes para o ato, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei através da Declaração – Certidão do Notário dos Serviços Administrativos do Patriarcado de Lisboa, emitida e registada no Livro de Atos de Notariado da Chancelaria do Patriarcado de Lisboa sob o n.º 450, em 5 de agosto de 2020, documento que arquivo.-----

SEGUNDO – Hugo Manuel dos Santos Martins, natural da Freguesia de Póvoa de Santo Adrião,

Concelho de Odivelas, com domicílio profissional nos Paços do Concelho - Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, o qual intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, em representação do Município de Odivelas, Pessoa Coletiva número 504 293 125, com sede na morada acima indicada, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela certidão número ____/2020, de ____ de ____ de 2020, do Extrato da Minuta da Ata da ____ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em ____ de ____ de 2020, referente à deliberação da revogação do Direito de Superfície, da parcela de terreno municipal com a área de 4.861 m2 na denominada Quinta de São Carlos, sita em Caneças, a favor da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Caneças nos termos da Informação n.º Interno/2019/6111, de 01 de julho de 2019, documentos que arquivo.-----

--- Verifiquei a identidade dos outorgantes, do primeiro por exibição do seu Cartão de Cidadão, e do segundo, por ser do meu conhecimento pessoal, certificando, por igual fundamento, a qualidade em que intervém e os poderes que o legitimam. -----

--- PELOS OUTORGANTES, NA INVOCADA QUALIDADE, FOI DITO: -----

Que, pelo presente, acordam na reversão, a favor do Município de Odivelas, do Direito de Superfície concedido à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças, por contrato outorgado no dia vinte e sete de janeiro de 2020, da parcela de terreno municipal localizada na designada “Quinta de São Carlos”, sita em Caneças, na Rua Rosa dos Santos Teixeira, União das Freguesias de Ramada e Caneças, em Odivelas, com a área total disponível de quatro mil oitocentos e sessenta e um metros quadrados, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha número quatro mil e cinquenta e quatro, com a aquisição registada a favor do Município pela apresentação trinta e quatro, de treze de março de dois mil e dois, e inscrita na Matriz Predial Urbana sob o artigo sete mil seiscentos e quarenta e cinco, ambas da União das Freguesias de Ramada e Caneças, que confronta a norte com domínio público/Rua Armando Catita Bernardino, a sul com domínio público, a nascente com área de cedência para equipamento e, a poente, com domínio público/Rua Rosa dos Santos Teixeira. -----

--- PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO: -----

--- Que, em nome da Instituição que representa neste ato, nos termos da deliberação tomada na ____ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em ____ de ____ de 2020, aceita

para o Município de Odivelas a Reversão do Direito de Superfície concedido pelo mencionado contrato, da parcela de terreno municipal com a área total disponível de quatro mil oitocentos e sessenta e um metros quadrados. -----

--- Pelos outorgantes foram apresentados e ficaram a fazer parte integrante do presente acordo, os seguintes documentos:

--- a) Certidão n.º 54/2019, de 31 de julho de 2019, de cópia do Extrato da Minuta da Ata da 14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 10 de julho de 2019, referente à deliberação da cedência, em Direito de Superfície, da parcela de terreno municipal com a área de 4.861 m² na denominada Quinta de São Carlos, sita na Freguesia de Caneças, a favor da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Caneças e respetiva Declaração de Voto da bancada da CDU;

--- b) Informação N.º Interno/2019/6111, de 01 de julho de 2019; -----

--- c) Certidão emitida a 25 de junho de 2019, pela Conservatória do Registo Predial de Odivelas, por onde verifiquei os elementos prediais referidos; --

--- d) Caderneta Predial Urbana obtida via internet em 08/01/2020; -----

--- e) Cópia de planta de localização da parcela de terreno com a área de 4.861 m², objeto da presente reversão; -----

--- f) Declaração – Certidão do Notário dos Serviços Administrativos do Patriarcado de Lisboa, emitida e registada no Livro de Atos de Notariado da Chancelaria do Patriarcado de Lisboa sob o n.º 450, em 5 de agosto de 2020 -----

--- ASSIM O DISSERAM, OUTORGARAM E RECIPROCAMENTE ACEITARAM. -----

--- Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente acordo, o qual depois de lido aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo e efeitos em voz alta, e na sua presença, vai por todos ser assinado. -----

_____»

«(...) **Termos e Condições do Direito de Superfície:**

A constituição do Direito de Superfície a favor do CCPC, objeto da presente proposta, fica subordinada às seguintes condições:

a) – Objeto:

1. O Direito de Superfície a constituir, a título gratuito, a favor do CCPC, incide sobre a parcela de terreno municipal, designada “Quinta de São Carlos”, sita na Freguesia de Caneças, em Odivelas, delimitada a linha de cor vermelha na cópia da planta de localização constante do Anexo I, com a área total disponível de 4.861,00 m²;

2. A propriedade municipal, objeto da constituição do Direito de Superfície, será entregue livre de quaisquer ónus ou encargos ao CCPC, no estado em que se encontra, sendo da sua responsabilidade as obras a desenvolver no local;

3. O Direito de Superfície a constituir sobre a referida parcela de terreno, destina-se à construção de um Centro Paroquial;

4. A construção a erigir/construir deverá iniciar-se no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da assinatura do Contrato de Constituição do Direito de Superfície;

5. O CCPC não poderá utilizar a parcela de terreno ora cedida em Direito de Superfície para qualquer outro fim que não o agora previsto;

b) – Prazo de constituição:

6. O Direito de Superfície é constituído pelo prazo de 60 (sessenta) anos, eventualmente prorrogado por igual período, a contar da data da assinatura do Contrato de constituição do Direito de Superfície;

c) – Encargos da Superficiária:

7. O CCPC obriga-se a:

a) – Requerer e instruir, a expensas suas, todos os pedidos de licenças necessários ao cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes da constituição do Direito de Superfície;

b) – Assegurar a manutenção e os encargos de funcionamento do seu equipamento na propriedade municipal objeto do Direito de Superfície, nomeadamente, os relacionados com consumos de eletricidade, água, gás, telecomunicações, limpeza e quaisquer equipamentos de segurança;

c) – Incrementar e manter, a expensas suas, os arranjos exteriores da área de implantação do equipamento;

d) Avisar, de imediato, o Município de Odivelas sempre que tenha conhecimento de que algum

perigo ou ameaça relativamente ao bem ou que terceiros se arrogam de direitos sobre a propriedade municipal objeto do Direito de Superfície ou equipamento nela erigido;

d) – Transmissão ou oneração do Direito de Superfície:

8. Fica expressamente proibido ao superficiário proceder à alienação do Direito de Superfície constituído a seu favor.

e) – Extinção do Direito de Superfície:

9. O Direito de Superfície extinguir-se-á pelo decurso do respetivo prazo, ou pela verificação das seguintes situações, com a consequente desocupação imediata da parcela de terreno municipal e dos respetivos equipamentos aí construídos e instalados:

a) A utilização da propriedade municipal para fins diversos do objeto da cedência;

b) O incumprimento, pelo superficiário, de qualquer das obrigações emergentes do Contrato de Constituição do Direito de Superfície;

10. Operada, por qualquer causa, a extinção do Direito de Superfície, a referida parcela de terreno, bem como a edificação nele implantada e benfeitorias reverterão automaticamente para o património do Município de Odivelas, livre de quaisquer ónus ou encargos, e sem que seja devido ao superficiário qualquer indemnização.

Para efeitos registrais, é atribuído ao Direito de Superfície, nos termos do disposto na alínea h) do artigo 13.º do Anexo II ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, diploma que aprova o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMI) o valor de € 3.370,86 (três mil trezentos e setenta euros e oitenta e seis cêntimos).» (excerto da informação n.º Interno/2020/2835)

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO REFERENTE A ORGANIZAÇÃO DO “DIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA”

Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar entre o Município de Odivelas e o Conselho Nacional de Associações dos Profissionais de Educação Física e Desporto, que tem por objeto a cooperação das partes na organização e concretização de atividades relacionadas com a comemoração do “Dia do Professor de Educação Física”, nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, e o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, em conjugação com o disposto nos artigos 23.º, n.º 2, alínea f) e 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a informação n.º Interno/2020/6791, de 2020.09.07.

«Minuta Contrato-Programa
Município de Odivelas / Conselho Nacional de
Associações de Profissionais de Educação Física e
Desporto
N.º 0070000/DDCT/DDD/04/2020

Considerando que:

- É atribuição da Divisão de Desenvolvimento Desportivo promover o desenvolvimento do Desporto, através da adoção de programas e projetos que visem a diversificação da oferta desportiva, o aumento do número de praticantes, a manutenção da sua saúde e condição física e a melhoria da qualidade das práticas, no âmbito das diversas vertentes do Desporto, designadamente na formação, recreação, lazer e rendimento;

- A Divisão de Desenvolvimento Desportivo apoia e garante a organização de eventos desportivos, quer da iniciativa do Município, quer de parcerias estabelecidas com o movimento associativo desportivo concelhio, quer ainda em eventos resultantes de parcerias externas;

- Odivelas é Cidade Europeia do Desporto;

- O Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAPEF) tem procurado, desde 1989, promover o desenvolvimento cultural, científico, ético e pedagógico dos profissionais que representa nas áreas da Educação Física, do Desporto e do Exercício e Saúde em Portugal, através da coordenação e dinamização do trabalho entre as associações regionais, da organização de congressos, seminários e outros eventos que promovem a discussão entre os profissionais das várias áreas e colaboração construtiva com várias organizações nacionais e internacionais nas áreas da Educação Física e Desporto.

- O CNAPEF pretende realizar no dia 26 de Setembro, no âmbito da Semana Europeia do Desporto, atividades relacionadas com a comemoração do Dia do Professor de Educação Física;

- O Município de Odivelas encontra-se na disposição de ceder o uso de instalações, para o momento acima referido, bem como a atribuição de uma comparticipação financeira;

Assim, nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - em conjugação com o disposto nos artigos 23.º, n.º 2, alínea f) e 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e de forma a articular recursos e ações com a finalidade de definir princípios e normas claras de relacionamento entre as duas instituições, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público com o número 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho - Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, adiante designado por "Primeiro Outorgante", neste ato representado pelo Presidente da Câmara, Hugo Manuel dos Santos Martins,

e

Conselho Nacional de Associações de Professores de Educação Física e Desporto, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 58/94, de 23 de setembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 232, de 7 de outubro, com o número 502 348 313 com sede na Rua das Vieiras, n.º 18, Urbanização Quinta da

Várzea e do Outeiro, 2830-572 Palhais, Barreiro, adiante designada por "Segunda Outorgante" neste ato representado pelo Presidente da Direção, Avelino Corbal Simões Azevedo,

Cláusula Primeira (Objeto)

1. O presente contrato-programa (de ora em diante, designado por contrato) tem por objeto a cooperação das partes na organização e concretização de atividades relacionadas com a comemoração do Dia do Professor de Educação Física, organizado pelo CNAPEF e Câmara Municipal de Odivelas.

2. O evento referido no número anterior ocorrerá, no dia 26 de setembro, no Pavilhão Multiusos de Odivelas.

3. A cooperação do Primeiro Outorgante far-se-á através de comparticipação financeira e não financeira (cedência de instalações) à Segunda Outorgante.

4. A cooperação da Segunda Outorgante far-se-á através de apoio não financeiro ao Primeiro Outorgante, designadamente as obrigações previstas no ponto 1.8 Cláusula Quarta.

Cláusula Segunda (Execução do Programa)

O período de execução do programa, objeto de cooperação, tem início no dia da transferência da verba e opera o seu término 30 (trinta) dias após a realização do evento sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula Terceira (Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. O Primeiro Outorgante, através da Câmara Municipal de Odivelas, é responsável por:

1.1 Facultar o uso do Pavilhão Multiusos de Odivelas e infraestruturas de apoio, desde que exista disponibilidade dos espaços;

1.2 Conceder eventuais licenças que se mostrem necessárias;

1.3 Disponibilizar técnicos para acompanhamento da prova ou pela via de voluntariado;

1.4 Promover e divulgar o evento pelos meios normais de distribuição da Câmara Municipal de Odivelas;

1.5 Ceder materiais (mesas, cadeiras e baías);

1.6 Ceder viaturas municipais para transporte de material de acordo com a disponibilidade do Setor de Transportes, da Divisão de Transportes e Oficinas, do Departamento da Gestão Ambiental e Transportes (DGAT/DTO/ST);

1.7 Assegurar os custos operacionais ao abrigo da bolsa de horas e dos contratos da Divisão de Desenvolvimento Desportivo, caso se venham a verificar;

1.8 Conceder uma comparticipação financeira à Segunda Outorgante no valor total de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros), que será disponibilizada na totalidade após a publicação do presente Contrato Programa, devidamente assinado por ambos os Outorgantes, no Boletim Municipal das Decisões e Deliberações.

2. O montante enunciado no número 1.8 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental PAM/2020/223-3902-04070102.

3. Caso o custo efetivo do contrato se revelar inferior ao custo de referência indicado no número anterior, a comparticipação financeira a atribuir à Segunda Outorgante poderá ser reduzida pelo Primeiro Outorgante, aplicando-se ao custo efetivo do Programa.

4. Caso contrário, se a situação do custo real vier a mostrar-se superior face ao custo expetável, tal não constitui causa de acréscimo na comparticipação financeira acima indicada.

5. O Primeiro Outorgante reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar a correta aplicação da contribuição concedida, cabendo-lhe o ónus de fiscalizar a execução do contrato, nos termos previstos na Cláusula Sexta.

Cláusula Quarta
(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante é responsável pelos seguintes aspetos:

1.1 Planear, preparar e avaliar o evento, de modo a garantir que o mesmo corresponda, às expectativas qualitativas e quantitativas de todos os intervenientes para eventos desta natureza;

1.2 Coordenar tecnicamente o evento;

1.3 Suportar os custos com a alimentação e as deslocações dos participantes e convidados;

1.4 Proceder à aquisição dos prémios a entregar aos professores distinguidos;

1.5 Promover e divulgar o evento através da criação de conteúdos multimédia e realização de *press release*;

1.6 Disponibilizar ao Primeiro Outorgante os conteúdos para nota à imprensa;

1.7 Entregar por escrito ao Primeiro Outorgante, a indicação dos materiais logísticos necessários à cabal e plena realização do objeto do contrato;

1.8 Publicitar a coorganização do Município de Odivelas e inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Odivelas, bem como dos logótipos de "Odivelas Cidade Europeia do Desporto 2020", ACES EU, ACES PT e Instituto Português do Desporto e Juventude I.P., nesta sequência e na horizontal, em todos os suportes gráficos ou outros de promoção ou divulgação do programa do(s) evento(s), sem prejuízo da utilização do seu próprio logótipo, em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

1.9 Acompanhar as cargas e descargas de materiais e/ou equipamentos;

1.10 Diligenciar a montagem e desmontagem de todos os equipamentos essenciais à execução do evento;

1.11 Comprometer-se respeitar toda a legislação em matéria de recursos humanos, higiene e segurança em vigor;

1.12 Cumprir com o princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais baseadas no sexo;

1.13 Cumprir com o regime de acesso e exercício da atividade de treinador do desporto estabelecido pela Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto;

1.14 Apresentar relatório do evento, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo Primeiro Outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira;

1.15 Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos

incurridos pelo contrato e a identificação de receitas;

1.16 Não ser devedor perante a Fazenda Pública, a Segurança Social ou o Município de Odivelas, sob pena de suspensão na atribuição da contribuição decorrente deste contrato, enquanto se mantiver tal situação e comprovar a inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 e Portaria 233/2018, de 21 de agosto;

1.17 Fazer incluir no seu sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes à comparticipação financeira concedida, com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, por força do disposto no n.º 3, do artigo 6.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro;

1.18 Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

1.19 Até 30 dias após o termo do contrato, apresentar o Relatório de Contas e Relatório de Atividades ou mapa de pagamentos e recebimentos;

1.20 Em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com o Primeiro Outorgante e ao estrito cumprimento do presente contrato, a Segunda Outorgante compromete-se a respeitar o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), bem como a legislação nacional aplicável.

Cláusula Quinta (Produção de Efeitos e Vigência)

1. O presente Contrato-Programa entra em vigor após a devida assinatura das partes Outorgantes e sua publicitação no Boletim Municipal e opera o seu termo com a conclusão do objeto do contrato, sem prejuízo da entrega do relatório final de execução física e financeira e outras obrigações acessórias que devam perdurar além do contrato em referência.

2. O presente contrato pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente, cuja causa não seja imputável à Segunda Outorgante e que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do evento, após a competente fundamentação e validação pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula Sexta (Sistema de acompanhamento e controlo de execução do contrato)

Compete ao Primeiro Outorgante verificar o exato desenvolvimento das responsabilidades e do objeto que justificou o presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e podendo, em qualquer momento e se assim se justificar, proceder-se à revisão e/ou adequação do presente contrato nos termos definidos na Cláusula seguinte.

Cláusula Sétima (Revisão)

1. O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante, com fundamento em imposição legal ou ponderoso interesse público, sem prejuízo da prévia autorização por parte do Município de Odivelas.

2. É sempre admitido o direito à revisão do contrato quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a entidade beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público, por efeito e os termos do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Oitava (Incumprimento das obrigações da Segunda Outorgante)

1. O incumprimento pela Segunda Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato ou de qualquer violação das normas legais em vigor é fundamento de resolução por parte do Primeiro Outorgante, produzindo efeitos imediatos.

2. Além do direito de resolução previsto no número anterior, haverá ainda lugar à reposição, da quantia paga, por parte da Segunda Outorgante, sempre que se demonstre a culpa no incumprimento por razões não fundamentadas ou quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais ao objeto deste contrato.

3. Caso a comparticipação financeira concedida pelo Primeiro Outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do objeto do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a

restituir àquela a totalidade do montante recebido.

4. Nos demais casos não referidos nos pontos anteriores, o incumprimento confere ao Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

5. Caso a Segundo Outorgante deixar culposamente de cumprir o contrato, não pode beneficiar de novas participações financeiras, enquanto não repuserem as quantias que devam ser restituídas, nos termos dos pontos anteriores.

6. As reposições das quantias a que se refere o ponto anterior podem ser efetuadas mediante a retenção, pelo Primeiro Outorgante, de verbas afetas a outros contratos-programa, desde que não se coloquem em causa os fins essenciais dos mesmos.

Cláusula Nona
(Jurisdição e Domicílio Convencionado)

1. Em tudo o que não estiver expressamente previsto, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes no ordenamento jurídico português.

2. Em caso de diferendo sobre a interpretação do presente contrato ou perante situações omissas, as partes outorgantes desenvolverão esforços, no âmbito do princípio de boa-fé, para alcançar uma posição de comum acordo, devendo merecer por ambas a necessária análise e discussão tendo sempre por base o entendimento e a procura de soluções que sirvam os seus interesses.

3. Lograda a solução prevista no número anterior, os litígios emergentes da execução do contrato serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

4. Para efeitos das comunicações entre as partes, vigoram as moradas da sede de cada uma das Outorgantes supra identificados, devendo qualquer alteração de morada ser comunicada à outra parte, dentro do prazo de 10 dias da data da ocorrência, sob pena de não surtir efeitos.

O presente contrato é outorgado em dois exemplares igualmente válidos, um para cada parte outorgante.

Odivelas, ____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

O Presidente da Direção do Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto

(Avelino Corbal Simões Azevedo)»

(Aprovado por unanimidade)

PROJETO EUROPEU SOBRE POBREZA ENERGÉTICA

PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS NO PROJETO EUROPEU SOBRE POBREZA ENERGÉTICA EM PARCERIA COM A FCT-UNL RATIFICAÇÃO

Ratificação da autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para participação do Município de Odivelas no Projeto Europeu sobre Pobreza Energética, em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), nos termos do n.º 1 do artigo 33.º alínea u) e conforme é determinado pelo n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a informação n.º Interno/2020/6882, de 2020.09.10.

O projeto tem como enfoque principal a criação de soluções e melhoria de habitações de pessoas com deficiência, no que respeita às condições térmicas das mesmas. Como parceiro neste projeto, o Município de Odivelas terá alocado um orçamento de cerca de 90.000,00 € (noventa mil euros). Da parte do Município de Odivelas é pretendido:

a) Informação sobre ações desenvolvidas relativamente a melhoria de acessibilidades e outros projetos com pessoas com deficiência;

b) Identificação de pessoas com casas com baixa eficiência energética e problemas de conforto térmico, em conjunto com associações de pessoas com deficiência, as quais deverão expressar a sua colaboração no projeto através da Carta de Apoio;

c) Participação em Workshops do projeto;

d) Promoção de um fundo de financiamento que será desenhado juntamente com os outros parceiros europeus e implementado em Odivelas durante o tempo do projeto para apoiar mini renovações nas habitações;

e) Gerir o concurso e selecionar as habitações a serem intervencionadas;

f) Promover ligações deste trabalho aos planos do Pacto dos Autarcas;

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

RETIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 04/67 PROCESSO N.º 9209/U

Correção à informação técnica que serviu de suporte à deliberação de licenciamento das alterações ao lote 24 do alvará 04/67, deliberada na 6.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20 de maio de 2020 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11 de 2020*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/5385, de 07-08-2020:

«(...) As alterações consistiam na divisão do lote 24 em dois, acrescentando mais 2 fogos

Parte da edificabilidade prevista para o lote 24 foi transferida para o novo lote 24A, acrescentando desta forma cerca de 190m² de área de construção ao total do loteamento.

A proposta mereceu deliberação favorável na 6ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada a 20 maio de 2020.

Da informação técnica que sustentou a deliberação, consta no seu ponto 4.6.1.3 a informação de que, por não ser prevista qualquer área de cedência, o requerente deveria efetuar a compensação devida ao Município pela área em falta, a saber 90,61 m² relativos a espaços verdes e 107,60m² relativa a espaço de equipamento (num total de 198,21m²), pois que o cálculo tinha sido feito com base em cada metro quadrado da área de construção nova.

Analisada novamente a fundamentação e ainda a previsão do PDM, verifica-se que, conforme o anexo VI daquele Regulamento, tratando-se de

local residencial - habitação unifamiliar ou bifamiliar, as cedências se farão por fogo, na proporção de 28m²/fogo destinados a espaço verde de utilização coletiva e 35m²/fogo destinados a equipamentos de utilização coletiva.

Ou seja, terá ocorrido um erro na remissão para o PDM, que gerou esta discrepância, pois havia sido aplicado o critério relativo a edifícios de habitação coletiva (...)» (excerto da informação n.º Interno/2020/5385, de 07-08-2020)

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO DOS QUATRO PROCESSO N.º 2731/LO/GI

Alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011, do Bairro dos Quatro, para os Lotes 471 e 472, na União das Freguesias de Pontinha e Famões. O pedido de alteração da licença administrativa foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação e tem como objetivo o aumento das áreas de implantação e construção previstas para o lote 472 e também o aumento da área e configuração deste lote, com sacrifício da área do lote 471, nos termos da informação técnica do setor de arquitetura e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/60, de 2020.09.02.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2001 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO TRIGACHE NORTE AUGI 1 PROCESSO N.º 35224/LO/GI

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2001, do Bairro Trigache Norte AUGI 1, para o Lote 194, na União das Freguesias de Pontinha e Famões. O pedido de alteração da licença administrativa foi apresentado ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação e tem como objetivo o aumento de áreas de implantação e construção, aumento de um fogo e aumento da área de anexos, com vista à legalização da construção existente no lote 194, nos termos da informação técnica do setor de arquitetura e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/61, de 2020.09.03, nas seguintes condições:

Aplicação dos critérios definidos no artigo 99.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização

(RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no artigo 49.º e n.º 2 do artigo 99.º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

Aceitação do valor de 4.649,40 € (quatro mil, seiscentos e quarenta e nove euros e quarenta cêntimos) como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (35,00m²), prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual e no artigo 49.º e n.º 2 do artigo 99.º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por maioria)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 04/2011
BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 714, inserido no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução n.º 0011552, de 2020.07.28, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 6.304,23€ (seis mil trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, ao abrigo do n.º 5 do artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual, nos termos da informação técnica e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/59, de 2020.09.01.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

“DESPACHO N.º 30/PRES/2020

Assunto: Retificação ao despacho n.º 28/PRES/2020 - Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Público

No Despacho n.º 28/PRES/2020 foi publicada a lista dos trabalhadores municipais com a antiguidade de 15 anos de serviço, para efeitos de atribuição da Medalha Municipal de Serviço Público, no Grau Bronze.

Detetou-se, por lapso, a não inclusão de uma trabalhadora que perfez 15 anos de antiguidade no ano de 2019.

Decido, assim, proceder a uma segunda retificação do anterior despacho, atribuindo a Medalha Municipal de Serviço Público, no Grau Bronze, correspondente a 15 anos de serviço, aos seguintes trabalhadores:

A lista definitiva tem a seguinte composição:

Ana Luísa Fernandes Dias Agostinho
Ana Susana Oliveira dos Santos
Catarina Bárbara Pereira Figueiredo de Abreu
Débora Nadine Noronha Correia
Emília Maria Gomes Faria Camponês
Filipa Alexandra Gomes Seno da Silva
Isabel Cristina Martins da Fonseca
Liliana Saraiva Gabriel Gomes
Manuel Eduardo Carvalho Gomes
Maria de Fátima da Cruz Simões Estevão
Maria Isabel Pereira Costa
Paula Cristina Henriqueta de Magalhães Sequeira
Sara Margarida Marques das Neves
Sofia Alexandra da Silva Miranda
Sofia Alexandra Marques das Neves
Susana Margarida Marçal Vicente Ferreira
Tânia Cristina da Silva Moraes
Vicência de Fátima Junceira Almeida

Odivelas, 14 de setembro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)"

"DESPACHO N.º 31/PRES/2020

Assunto: Implementação de novas medidas de contenção da Pandemia doença COVID- 19.
Considerando:

I. As medidas de contenção que vêm sendo implementadas no âmbito da situação epidemiológica provocada pela pandemia da doença COVID19 no território nacional, em geral, e no Concelho de Odivelas, em particular;

II. Não obstante o levantamento gradual das restrições que, desde maio de 2020, têm vindo a operar-se, a atual situação epidemiológica da pandemia, a nível nacional, justifica a adoção de medidas mais restritivas do que aquelas que têm vindo a ser tomadas nas semanas que antecedem;

III. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro, que determinou a declaração do estado de contingência a nível nacional, fixou o alargamento do âmbito de algumas medidas e a adoção de outras, adicionais e de exceção, indispensáveis à interrupção das cadeias de transmissão da doença COVID- 19 no nosso país e que urge serem implementadas;

IV. Que face à avaliação realizada à atual situação epidemiológica relativa ao COVID-19 no Concelho de Odivelas, pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento do COVID-19 da Câmara Municipal de Odivelas, reunido em 15 de setembro de 2020, foram recomendadas diversas medidas neste domínio.

Determino:

1. A manutenção do limite máximo de 10 pessoas nos funerais, não podendo daí resultar a impossibilidade da presença no funeral de cônjuge ou unido de facto, ascendentes, descendentes, parentes ou afins;

2. Quanto à realização dos velórios, estes devem seguir as orientações expressas pelas Autoridades de Saúde;

3. A manutenção do disposto, no ponto 2 do Despacho 14/PRES/2020, nomeadamente no que refere à cedência de transporte a entidades externas;

4. Autorizar a abertura das piscinas municipais a partir do próximo dia 01 de outubro, com os seguintes condicionalismos:

i. Permissão de acesso a menores no âmbito da aprendizagem da natação;

ii. Permissão de acesso apenas a menores de 60 anos para treinos livres.

5. Autorizar a abertura do Pavilhão Multiusos de Odivelas e do Pavilhão Municipal Susana Barroso, para a prática desportiva aos desportistas federados dos escalões séniores, sem utilização dos balneários;

6. Que nos pavilhões escolares seja prosseguida uma abertura faseada, em função da evolução da situação epidemiológica;

7. Não autorizar o início das aulas no Clube Movimento, podendo, em alternativa, serem realizadas caminhadas ao ar livre, no estrito cumprimento das determinações das Autoridades de Saúde;

8. Autorizar o acesso e utilização da Biblioteca Municipal D. Dinis, condicionada a 1/3 da sua capacidade/lotação;

9. Não autorizar a cedência das instalações do auditório da Biblioteca Municipal D. Dinis, do Centro de Exposições de Odivelas, bem como manter o encerramento da Loja do Turismo;

10. Autorizar a utilização da Casa da Juventude, mediante marcação prévia;

11. Relativamente à organização do funcionamento dos serviços municipais e dos horários a praticar, previamente a qualquer decisão, deverá aguardar-se pela publicação do Decreto-Lei que regulamentará esta matéria;

12. Que todas as determinações/medidas previstas em despachos anteriores neste domínio se mantenham em vigor, salvo as que tenham sido revogadas ou contrariem o disposto no presente Despacho.

O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.

Odivelas, 16 de setembro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)"

“DESPACHO N.º 32/PRES/2020

Assunto: Designação, em comissão de serviço, no cargo de Direção Intermédia de 1.º grau - Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, do Técnico Superior Gabriel Davide Lopes Caetano.

Com vista ao provimento, em Comissão de Serviço, do cargo de Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, foi aberto Procedimento Concursal, através do Aviso (extrato) n.º 18604/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 223, de 20 de novembro de 2019 e na Bolsa de Emprego Público com o Código de Oferta n.º OE201911/0467;

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, considerou o Júri do respetivo procedimento pronunciar-se favoravelmente sobre o candidato, Gabriel Davide Lopes Caetano, dado que reúne os requisitos obrigatórios e anunciados e revelou uma classificação adequada para o exercício do cargo de Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, conforme síntese curricular em anexo, recaindo sobre ele a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e adaptada à Administração Local por efeito da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, DESIGNO, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau de Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, o Técnico Superior do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, **Gabriel Davide Lopes Caetano**, cuja nota curricular se anexa.

Esta designação produz efeitos à data do presente Despacho.

Odivelas, 18 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

Nota Curricular

I – Identificação

Nome: Gabriel Davide Lopes Caetano

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 26 de agosto de 1973

II – Habilitações Académicas e Profissionais:

Licenciatura em Ciências Sociais (2005) – Universidade Aberta

Pós-graduação em Gestão Autárquica Avançada – (2008) – ISEC

III – Experiência Profissional

Na Câmara Municipal de Odivelas:

Desde outubro de 2018, Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social;

De janeiro de 2014 a setembro de 2018, Chefe da Divisão de Educação;

De janeiro de 2011 a janeiro de 2014, Chefe da Divisão de Planeamento e Intervenção Socioeducativa;

De janeiro de 2010 a dezembro de 2010, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Educativos e Ação Social Escolar;

De outubro de 2006 a dezembro de 2009, Técnico Superior (área de Sociologia).

IV - Formação Profissional

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), 212h – CEFA, 2013;

Diversas ações de formação na área da educação;

V – Representação do Município de Odivelas e Coordenação de Grupos de Trabalho

Coordenador da Comissão de Avaliação do Projeto da Semestralidade;

Coordenador do Grupo de Trabalho da 1.ª e 2.ª Revisão da Carta Educativa;

Representante nos Conselhos Gerais de Escolas de Agrupamento Escolas Não Agrupadas.”

“DESPACHO N.º 33/PRES/2020

Assunto: Designação, em comissão de serviço, no cargo de Direção Intermédia de 1.º grau - Diretor do Departamento de Gestão Ambiental e Transportes, da Técnica Superior Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses.

Com vista ao provimento, em Comissão de Serviço, do cargo de Diretor do Departamento de Gestão Ambiental e Transportes, foi aberto Procedimento Concursal, através do Aviso (extrato) n.º 18604/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 223, de 20 de novembro de 2019 e na Bolsa de Emprego Público com o Código de Oferta n.º OE201911/0467;

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, considerou o Júri do respetivo procedimento pronunciar-se favoravelmente sobre a candidata, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses, dado que reúne os requisitos obrigatórios e anunciados e revelou uma classificação adequada para o exercício do cargo de Diretora do Departamento de Gestão Ambiental e Transportes, conforme síntese curricular em anexo, recaindo sobre ela a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e adaptada à Administração Local por efeito da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, DESIGNO, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau de Diretora do Departamento de Gestão Ambiental e Transportes, a Técnica Superior do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, **Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses**, cuja nota curricular se anexa.

Esta designação produz efeitos à data do presente Despacho.

Odivelas, 18 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

Nota Curricular

I – Identificação

Nome: Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 14 de junho de 1969

II – Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Línguas e Literatura Moderna – Var. Estudos Portugueses e Franceses – ramo tradução – UNL – (1994)

Licenciatura em Línguas e Literatura Moderna – Var. Estudos Portugueses e Franceses – ramo educacional – UNL – (1995)

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais – UL/FD (2004)

Pós-Graduação em Ecologia e Utilização das Plantas Ornamentais;

Mestrado em Ciências e Tecnologias do Ambiente - UL/FC (2010).

III – Experiência profissional

Na Câmara Municipal de Odivelas:

Desde outubro de 2018, Diretora do Departamento de Gestão Ambiental e Transportes;

De dezembro de 2015 a setembro de 2018, Diretora do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente;

De outubro de 2013 a dezembro de 2015, Chefe da Divisão de Gestão Ambiental;

De janeiro de 2013 a outubro de 2013, Diretora do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente;

De janeiro de 2011 a dezembro de 2012, Diretora do Departamento de Ambiente e Transportes;

De março de 2006 a dezembro de 2010, Diretora do Departamento de Ambiente e Salubridade;

De maio de 2002 a março de 2006, Chefe da Divisão do Património.

IV - Formação profissional

Curso de Gestão Pública na Administração Local (Gepal);

Formação Avançada em Ecologia e Utilização das Plantas Ornamentais – Modulo I – “Árvores” Instituto Superior de Agronomia;

Curso de Sistemas de Gestão da Qualidade.”

VEREAÇÃO

“DESPACHO N.º 04/VSS/2020

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos no Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;

2. Através do Despacho n.º 42/PRES/2018 de 28 de setembro de 2018, do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, me foram delegadas e subdelegadas, com a faculdade de subdelegar, um conjunto de poderes nas áreas da Educação, da Coesão Social, da Igualdade e Cidadania e da Habitação Social;

3. Pelo meu despacho n.º 09/VSS/2018 subdeleguei no Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano, um conjunto de competências a serem exercidas no âmbito do referido departamento, com exclusão do Gabinete de Saúde;

4. Estarei ausente no período compreendido entre o dia 21 de setembro e o dia 4 de dezembro em virtude de me encontrar no gozo de licença parental;

5. Importa assegurar o normal funcionamento das Unidades Orgânicas sob minha responsabilidade e, sem prejuízo das competências já subdelegadas através do meu Despacho n.º 09/VSS/2018, atendendo ao disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como o estabelecido nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, pelo presente despacho **subdelego no Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano**, o exercício das competências abaixo indicadas, durante o período em que me encontrar no gozo de licença parental e findo o qual caduca o presente despacho, nos seguintes termos e limites:

a) Praticar, no âmbito das atribuições cometidas ao **Departamento de Educação e Coesão Social**, com exclusão do Gabinete de Saúde, todos os atos de gestão do serviço e despacho dos respetivos assuntos, incluindo atos preparatórios, instrutórios e instrumentais à tomada de decisão final pelo órgão competente, bem como adotar todas as medidas e ações necessárias ao cumprimento das orientações e determinações da ora subdelegante;

b) Praticar os demais atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Presidente da Câmara Municipal;

c) A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua responsabilidade;

d) A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços **até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado em Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua redação atual;

e) A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais **até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**;

f) A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no âmbito das matérias ora subdelegadas;

g) A competência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, para gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

h) A competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação, no âmbito das competências ora subdelegadas e colocadas sob sua responsabilidade.

6. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o Subdelegado sobre

o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA.

7. A subdelegação de competências ora efetuada poderá ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA.

8. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, bem como o de anular, revogar ou substituir o ato praticado pelo delegado ou subdelegado ao abrigo da delegação ou subdelegação, ao abrigo do disposto no artigo 49.º do CPA.

9. Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura e apenas produz efeitos durante o período em que me encontrar no gozo de licença parental, ou seja, no período indicado no ponto 4.

Odivelas, 18 de setembro de 2020

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do Despacho N.º 42/PRES/2018, de 28/set.

(Susana Santos)''

OUTROS DESPACHOS

“DESPACHO N.º 6/GCRPP/2020

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego, nos dias **15 e 16 de setembro de 2020**, na Técnica Superior **Liliana Saraiva Gabriel Gomes**, a assinatura de correspondência e do expediente necessário à

instrução dos processos no âmbito do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo.

Odivelas, 14 de setembro de 2020

O Coordenador do Gabinete de Comunicação,
Relações Públicas e Protocolo
(Designado através do Despacho N.º 18/PRES/2019,
de 27 de março)

(Miguel Silveiro)''

EDITAIS

“EDITAL N.º 91/PRES/2020

Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/2001 Bairro do Trigache Norte AUGI I União das Freguesias de Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 26.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2001 do Bairro do Trigache Norte para o lote 206, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 35224/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 25 de agosto de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

AVISOS

“AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas

26.º ADITAMENTO

Nos termos dos artigos 27.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual, é emitido o 25.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas.

O presente Aditamento titula a alteração do lote 21, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob o número 1070/20010523 da freguesia de Ramada, solicitada por Geraldo Manuel Rodrigues Miranda, portador do número de contribuinte 222222425, e aprovada, através de deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, na 11.ª reunião ordinária de 15 de junho de 2020. -----

1. DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES -----

As alterações à licença de loteamento consistem no aumento do índice de utilização do lote e da superfície de utilização. -----

2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS ALTERADOS -----

2.1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS DOS LOTES -----

Lote	Área do Lote	I.C.	A.C.	Pisos	N.º de Fogos	Uso	Área do Lote	I.C.	A.C.	Pisos	N.º de Fogos	Uso
	Parâmetros Prévios						Parâmetros Alterados					
21	443,10	0,60	265,86	CV+2	1	Habitação	443,10	0,70	310,17	CV+2	1	Habitação
Diferença							-	+0,10	+44,31	-	-	-

I.C. – Índice de construção (superfície de pavimento); A.C. – Área de construção.

2.2. PARÂMETROS GLOBAIS DO LOTEAMENTO -----

Área dos prédios a lotear (m²).....	183.733,00
Área total dos lotes (m²).....	138.851,55
Área de cedência para espaços verdes e de utilização coletiva (m²)	2.259,00
Área de cedência para equipamentos de utilização coletiva (m²)	5.036,00
Área destinada a integrar o domínio público municipal para arruamentos (m²)	35.446,95
Índice de construção/ utilização	0,37
Área de construção total (m²)	68.605,09
Área de construção destinada a habitação (m²)	60.202,08
Área de construção destinada a atividades (m²)	8.403,01
Índice de atividades	0,12
Número total de lotes	238
Número total de fogos.....	251

Densidade habitacional (f/ha)13,66
Lugares de estacionamento exteriores116
Os parâmetros alterados estão representados a negrito.....

3. OUTRAS CONDIÇÕES ALTERADAS

A norma de regulamento do alvará de loteamento que estipula um índice de utilização do lote de 0,40 para os lotes com função habitacional - alínea a) do n.º 7 do art.º 7 - não se aplicará ao lote abrangido por esta alteração, que poderá ter um índice de utilização de 0,70. -----

A viabilidade de construção de pisos em cave no lote abrangido por esta alteração está condicionada ao cumprimento do disposto no art.º 100.º RMEU, devendo-se ter em atenção também o disposto no art.º 99.º relativamente aos desaterros necessários para o efeito. -----

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração. -----

4. CEDÊNCIAS AO DOMÍNIO PÚBLICO -----

As alterações não aumentam as necessidades de cedências para espaços verdes, para equipamentos públicos. -----

5. ESTACIONAMENTO -----

No âmbito da edificação, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 116.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento. -----

6. ELEMENTOS ANEXOS AO PRESENTE ADITAMENTO -----

▪ **Planta de Síntese do Loteamento** de 06-08-2020; -----

7. TAXAS URBANÍSTICAS -----

A taxa total pela emissão deste aditamento é de € 1.263,32 (mil duzentos e sessenta e três euros e trinta e dois cêntimos) e foi cobrada com redução de 50% nos termos do art.º 4.º do RTORM através da guia n.º 8913 de 30-07-2020. -----

Em tudo o que não ficar expressamente regulado no presente alvará, vigorará a legislação aplicável, designadamente o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação em vigor. -----

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual. -----

Registado na Câmara Municipal de Odivelas, no livro 4, em 10 de agosto de 2020. -----

Município de Odivelas, 11 de agosto de 2020. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 43/PRES/2018, de 28 de setembro, durante o mês de agosto de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/6769 de 2020.09.04 (edoc/2020/50288):

Processo n.º 141/2019/OP/GI
Nome: Jorge Batista da Cunha
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua José Viana, lote 670, Bairro São Sebastião, Bairro dos Quatro, Famões
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 75/2020/OP/GI
Nome: António Dias dos Santos
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Ferreira de Castro, lote 207, Bairro Granjas Novas, Ramada
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 132/2020/OP/GI
Nome: António Manuel Gaspar Sampaio
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Irene Lisboa, lote 24, Granjas Novas, Ramada
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 437/2019/OP/GI
Nome: Ana Inês Carrolo Rodrigues
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Tomas da Anunciação, lote 16, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 188/2020/OP
Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Quinta do Barruncho, lote 2, Granja da Paradela, Póvoa Santo Adrião
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 501/2019/OP
Nome: Simopeças, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Casal da Barroca, Famões
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 2425/LO
Nome: Salimarg – Sociedade .Imobiliária, Lda.
Assunto: Prorrogação do prazo para apresentação dos projetos de especialidades
Local: Monte Verde UF de Ramada e Caneças
Data de despacho: 11.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferido o pedido de prorrogação

Processo n.º 8878/L/N
Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, Lda.
Assunto: Declaração de extinção de procedimento por caducidade, nos termos do art.º 71º do RJUE
Local: Quinta do Barruncho, Póvoa Santo Adrião
Data de despacho: 11.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Declaro a caducidade da Licença Especial de Obras Inacabadas de Urbanização, datada de 16.05.2018 nis termos do art.º 71º do RJUE e consequente extinção do procedimento administrativo.

Processo n.º 265/2020/D/OVP
Nome: Ignacio Manuel Tobias
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Artº 18 do DL nº 555/99 de 16 de Dezembro na sua atual redação
Local: Rua São Domingos, lote 37, Bairro Trigache Sul UF da Pontinha e Famões
Data de despacho: 11.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Defiro o pedido de licença

Processo n.º 242/2019/IP
Nome: Michelangelo Cunha Graça Cocco
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 59, Odivelas
Data de despacho: 12.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Emita-se parecer favorável

Processo n.º 282/2019/OP
Nome: Barrocas & Preto, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua C, Arroja, Odivelas
Data de despacho: 12.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 578/2019/OP/GI
Nome: Alcina Maria Santos Oliveira Marques
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Luísa Tody, nº 14 A, Bairro Quinta das Pretas
Data de despacho: 12.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 426/2019/OP/GI
Nome: Piedade Ferreira Gomes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Eduardo Galhardo, lote 1255 B, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 12.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 537/2019/OP/GI
Nome: José Leitão de Almeida
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua dos Eucaliptos, lote 56, Bairro Casal da Perdigueira, Pontinha
Data de despacho: 12.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 35937/LO/GI
Nome: Comissão Administração Conjunta da AUGI do Bairro dos Pedregãos
Assunto: Prorrogação de Prazo das Obras de Urbanização
Local: Bairro dos Pedregãos UF de Ramada e Caneças
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a prorrogação de prazo das obras de urbanização

Processo n.º 512/2019/OP/GI
Nome: Luís Carlos Matos Fernandes Alves
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Flor do Minho, lote 53, Bairro Flor do Minho, Caneças
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 504/2019/OP/GI
Nome: Construalvelos – Obras Publicas e Construção Civil, Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Ponte de Sôr, lote 224, Bairro Casal São Sebastião, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 515/2019/OP/GI
Nome: José Francisco Serra
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Brasil, lote 145, Bairro Moinho do Baeta, Caneças
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 36/2020/OP/GI
Nome: Ramiro Cal Garrido
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Almada Negreiros, lote 207, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 378/2017/OP/GI
Nome: Mauro Ivan Santos Lima
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Olhão, lote 133, Bairro Casal São Sebastião, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 238/2019/OP/GI
Nome: Maria Maia Jorge
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Luísa Tody, lote 13, Bairro Quinta das Pretas
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 71/2020/OP/GI
Nome: Maria Olimpia Fernandes Machado
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Camilo Castelo Branco, lote 71, Bairro Casal das Queimadas á Quinta das Dálías, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 305/2018/OP/GI
Nome: Tiago Alexandre Pires Valério
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Impasse G4, lote 15, Bairro das Granjas Novas, Ramada
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 383/2019/OP/GI
Nome: André Gonçalo Matias Diz
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua José Malhoa, lote 1005, Bairro Casal Novo, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 124/2019/OP/GI
Nome: Dália Maria de Almeida Carapinha
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 25 de Abril, lote 382, Vale Pequeno, Pontinha
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 74/2020/OP/GI
Nome: Eugénia Marisa Gomes Dias
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Alfeu Gaspar do Amaral, lote 100, Bairro Trigache Norte, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 215/2019/OP/GI
Nome: Ana Rita Vieira de Carvalho
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua dos Moinhos, lote 25, Bairro Porto Pinheiro, Odivelas

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 517/2019/OP/GI

Nome: Rui Manuel Alves Dias

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Camacho Costa, lote 721, Bairro dos Quatro, Famões

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 427/2018/OP/GI

Nome: Valter Miguel Amorim Nunes

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Bernardo Santareno, lote 214, Bairro Granjas Novas, Ramada

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 403/2019/OP/GI

Nome: Gomes Fialho, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Rosa Lobato de Faria, (Rua C), lote 105, Quinta Porto Pinheiro, Odivelas

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 420/2019/OP/GI

Nome: Miraculous Example, Lda.

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua dos Lusíadas, lote 28, Bairro do Castelo, Ramada

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 374/2019/OP/GI

Nome: Carla Patrícia Guerreiro Piteira Castro Alves

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Central, lote 49, (n.º 48), Bairro Mimosa, Odivelas

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 369/2018/OP

Nome: Maria Luísa Rodrigues Lopes de Souza Dias

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua das Arroteias, lote 1A 43, Campos de Caneças, Caneças

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Determino a realização da vistoria e a sua marcação

Processo n.º 566/2018/OP/GI

Nome: José Mota da Costa

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 28, Bairro Novo Santo Eloy, Pontinha

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 434/2017/OP/GI

Nome: António Jorge Castro Ramos

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, 19, lote 146, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 551/2019/OP/GI

Nome: Joaquim Dias Lopes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua das Sális, lote 400, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 432/2018/OP/GI

Nome: Rosado e Costa Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Maria da Fonte, lote 189, Bairro da Milharada

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 183/2020/OP/GI

Nome: Ricardo Miguel Perú Pires

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Pedreira, lote 243, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 163/2020/OP/GI

Nome: Aníbal Rosa dos Santos

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Paço Real, lote 433, Bairro do Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 186/2020/OP/GI

Nome: Carlos André Silva dos Santos

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Amélia Rey Colaço, lote 782, Bairro Casal Novo, Famões

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 58/2020/OP/GI

Nome: Fernando de Oliveira e Silva

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Aveiro, lote 529, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 13.08.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 186/2018/OP/GI

Nome: Fernando Miguel Rodrigues dos Santos Tavares
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Padre António Vieira, lote 600, Casal dos Mochos, Bairro dos Quatro, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Homologo o auto da vistoria efetuada, o deferimento da autorização de utilização e a emissão do respetivo alvará.

Processo n.º 125/2019/OP/GI

Nome: Fernando Paulo Lisboa
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Castelo Branco, lote 381, Vale Grande, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Declaro a caducidade da comunicação prévia e a extinção do procedimento, ao abrigo do artigo 133º do CPA, nos termos constantes na informação

Processo n.º 98/2020/OP/GI

Nome: António da Costa Francisco
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Camacho Costa, lote 715, Bairro dos Quatro, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 282/2020/OP

Nome: LIDL & Cia, Lojas Alimentares
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua General Alves Roçadas, n.º 20, 22 e 24, Odivelas
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 162/2019/OP/GI

Nome: Válter Dinis Caetano
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Silves, lote 292, Casal São Sebastião, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 388/2019/OP/GI

Nome: Cláudio José Ribeiro do Monte
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 55, Bairro Novo do Trigache, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 85/2020/IP

Nome: Luís Alberto Piedade Souto
Assunto: Informação Prévia
Local: Avenida D. Dinis, n.º 25, Odivelas
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Emita-se parecer favorável ao pedido

Processo n.º 137/2020/OP/GI

Nome: Ana Filipa Matias Diz
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua José Malhoa, lote 1006, Bairro Casal Novo, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 428/2019/OP/GI

Nome: Ademir Soares dos Santos
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Urze, lote 22, Bairro Pinhal Verde, Ramada
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 112/2019/OP/GI

Nome: José Maria Lobo Machado
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Associação, lote 62, Bairro Girassol, Ramada
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 44/2019/OP/GI

Nome: Marco Paulo Lopes Mendes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade da Guarda, lote 443, Bairro São Sebastião, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 464/2019/OP/GI

Nome: Gomes Fialho, Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Rosa Lobato Faria, lote 107, Quinta do Porto Pinheiro, Arroja, Odivelas
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 158/2018/OP/GI

Nome: João Dias Santos, Unipessoal, Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Padre António Vieira, lote 599, Bairro dos Quatro, Odivelas
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 283/2019/OP/GI

Nome: Nuno da Rocha Ortega
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Batalha, lote 721, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 9/2020/OP/GI

Nome: Ermelinda Duarte Gonçalves
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Campo da Bola, lote 50, Quinta das Canoas, Pontinha
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 154/2017/OP/GI
Nome: ION TURCANU
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Vila Nova de Gaia, lote 392, Bairro São Sebastião, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa especial de obras inacabadas

Processo n.º 351/2018/OP
Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Quinta do Barruncho, lote 21, Granja da Paradela, Póvoa Santo Adrião
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 443/2017/OP/GI
Nome: Joaquim José Silva Lopes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 18 de Maio, lote 28, Bairro Sol Nascente, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 497/2019/OP/GI
Nome: António da Conceição Marques
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Faustino Freitas, lote 6, Bairro das Comendadeiras, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 566/2019/OP/GI
Nome: Ana Mucavele
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Carlos Seixas, lote 167, Bairro Trigache Norte, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 12/2020/OP/GI
Nome: Fernando Manuel Fernandes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Esperança, lote 216 A, Bairro Casal da Silveira, Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 560/2018/OP/GI
Nome: Tiago João Pereira Farinha
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Avelar Brotero, lote 85, Bairro Castelo Poente, Ramada
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 425/2019/OP/GI
Nome: JFISU – Consulting, Lda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Ramalho Ortigão, lote 74, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 223/2016/OP
Nome: Bruno Alexandre Portela Vera Guerreiro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Santo Eloy, Azinhaga dos Besouros, Odivelas
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 99/2018/OP/GI
Nome: Carlos Alberto da Silva Negrão
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Prof. Rui Luis Gomes, 4, lote 22, Ramada
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 318/2016/OP/GI
Nome: Maria Teresa Garcia Borges de Castro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade, lote 12, Bairro Quinta das Canoas, Pontinha
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 23/2020/OP/GI
Nome: Artur Jorge Silva Almeida
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Flor do Minho, lote 56, Bairro Flor do Minho, Caneças
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 545/2019/OP/GI
Nome: Jorge Agostinho Gomes Ferreira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Engenheiro Duarte Pacheco, lote 971, Bairro Casal Novo, Famões
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 543/2019/OP/GI

Nome: JSPI, Lda.

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Eng. Duarte Pacheco, lote 970, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 130/2019/OP/GI

Nome: Fernando da Silva Loureiro

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Aurélio Paz dos Reis, lote 101 A, Ramada

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 548/2019/OP/GI

Nome: Ana Maria da Costa Loureiro

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua São João, lote 8, Bairro Galo de Pera, Ramada

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 246/2020/OP/GI

Nome: Momentos Grisalhos, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Bons Amigos, lote 647, Bairro Casal Novo, Odivelas

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 242/2020/OP/GI

Nome: Ricardo Miguel Jorge Andrade

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua António Aleixo, lote 725, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 598/2019/OP/GI

Nome: Luis Alexandre de Oliveira Duarte

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua dos Lusitanos, lote 20, Bairro Castelo Nascente, Ramada

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 83/2020/OP/GI

Nome: Hugo Manuel Silva Cunha

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Qualliab, lote 15, Bairro Flor do Minho, Odivelas

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 233/2020/OP/GI

Nome: Abílio Cardoso Dias Andrade

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua das Palmeiras, lote 203, Bairro Sol Nascente, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 213/2020/OP/GI

Nome: Sérgio Miguel Faria Santos Lopes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Leiria, lote 486, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 552/2019/IP

Nome: Herdeiros de Francisco da Silva Pendão

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua Alfeu Gaspar Amaral, lote 190, Bairro Trigache Norte, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 178/2020/OP/GI

Nome: Seven Rivers – Investimentos Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Camacho Costa, lote 723, Bairro dos Quatro, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 260/2019/OP/GI

Nome: Célia Manuela Guerreiro Cabrita

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Travessa Henrique Galvão, Lote 885, Bairro Casal Novo, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 390/2018/OP/GI

Nome: Rosado e Costa Lda.

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Maria da Fonte, lote 189 C, Bairro da Milharada, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a licença administrativa

Processo n.º 56/2020/OP/GI

Nome: António Duarte Carvalho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Bempostinha, lote 314, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 181/2020/OP/GI

Nome: André Luis Fernandes de Carvalho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Henrique Galvão, lote 901, Bairro Casal Novo, Famões

Data de despacho: 19.08.2020

Teor do Despacho: Concordo/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 554/2019/OP/GI
Nome: Fernando Manuel Resina de Almeida
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Fontainha das Pias, lote 83, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferida a licença administrativa

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro, durante o mês de agosto de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/6798 de 2020.09.07 (edoc/2020/50565):

Processo n.º 252/2020/OP/GI
Nome: Padrão Jubilante, SA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Bairro Casal do Rato, lote 175, Odivelas
Data de despacho: 03.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se

Processo n.º 165/2020/OP/GI
Nome: MANUEL Paulo Lisboa
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Santarém. Lote 374, Vale Grande. Pontinha
Data de despacho: 03.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se

Processo n.º 124/2020/OP/GI
Nome: José Filipe Figueiredo Ali Can
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua da Solidariedade, lote 19, Casalinho do Outeiro, Ramada
Data de despacho: 06.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ alertando o requerente para as desconformidades legais e regulamentares detetadas e para as respetivas consequências caso as mesmas não sejam sanadas

Processo n.º 182/2020/OP/GI
Nome: Miguel Moreira de Barros
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua José Rodrigues Miguéis, lote 208, Bairro Trigache Norte- AUGI I, Famões
Data de despacho: 10.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se

Processo n.º 304/2020/OP/GI
Nome: Alberto Manuel de Melo Pinto de Brito
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Alfredo Dinis, lote 249, Bairro do Girassol, Ramada
Data de despacho: 11.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se o requerente para apresentar no prazo estipulado os elementos corrigidos ou em falta

Processo n.º 302/2020/OP/GI
Nome: Carlos Alberto Duarte Martins
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua dos Moinhos, lote 24, Bairro Alto de Famões, Famões
Data de despacho: 11.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se o requerente para apresentar no prazo estipulado os elementos corrigidos ou em falta

Processo n.º 85/2017/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Leitão Teixeira
Assunto: Acompanhamento de Obra/ Fiscalização
Local: Rua Stº. Antão, lote 379 A, Bairro Casal Novo, UR de Ramada e Caneças
Data de despacho: 12.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se

Processo n.º 441/2018/OP/GI
Nome: Telma Matias Antunes de Jesus
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Ivone Silva, lote 124, Bairro Vale Pequeno, Pontinha
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se

Processo n.º 444/2018/OP/GI
Nome: David José Alfaiate Fernandes
Assunto: Acompanhamento de Obra/ Fiscalização
Local: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 20, Bairro Sítio da Várzea, UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Notifique-se

Processo n.º 338/2017/OP/GI
Nome: Rodrigo Valente Lage Atalia
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua das Granjas, lote 33 A, Bairro das Granjas Novas, Ramada
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º 20/2015/OP/GI
Nome: Sérgio Alexandre Gomes Pio
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Viana da Mota, lote 174, Encosta do Mourigo, Famões
Data de despacho: 13.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/ Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º 261/2016/OP/GI
Nome: Luís Manuel Guedes de Oliveira
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Augusto Amaral, Lote 113 – Bairro Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 17.08.2020
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 340/2017/OP/GI
Nome: Cristina Isabel Lourenço Henriques
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Luis Stau Monteiro – Lote 93 – Bairro das Granjas Novas – Ramada
Data de despacho: 18.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 193/2020/OP/GI
Nome: South Sun Lda
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Abel Manta – Lote 24 – Bairro Trigache Norte – Augi I – Odivelas
Data de despacho: 18.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 234/2020/OP/GI
Nome: João Barata Ferreira
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Terrenos
Local: Rua do Chafariz, lote 26 – Bairro Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 18.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 181/2019/OP/GI
Nome: Maria Etelvina de Castro Pinto
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua dos Pastores, lote 104 – B. dos Pedrenais – Ramada
Data de despacho: 18.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 160/2018/OP/GI
Nome: José Sobral
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Mira Sol, Lote 818 – Casal da Silveira
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 53/2018/OP/GI
Nome: Emília da Encarnação Justo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade das Caldas da Rainha, Lote 19 – Casal de S. Sebastião – Famões
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @10/2020
Nome: Arselino da Costa Marques
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Vitória, Lote 45 – Bairro Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 19.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 446/2018/OP/GI
Nome: Odivelobras Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Liberdade, Lote 524 – B. Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 20.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 277/2017/OP/GI
Nome: Pedro Manuel da Silva Carvalho
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 183 – Bairro Casal dos Apréstimos
Data de despacho: 20.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 344/2018/OP/GI
Nome: João Ricardo Gravito
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua das Granjas, lote 102 – Bairro das Granjas Novas – Ramada
Data de despacho: 20.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 184/2017/OP/GI
Nome: Orlando Dinis Abel
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 37 – B.º Novo Stº Eloy
Data de despacho: 20.08.2020
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o mês de agosto de 2020, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro, nos termos da informação n.º Interno/2020/6800 de 2020.09.07 (edoc/2020/50579):

Processo n.º 481/2018/OP/GI
Nome: Ricardo Jorge Vieira Marques e Cátia Emanuel Gonçalves Ferreira
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Infanta D. Filipa, lote 183, Bairro Granjas Novas
Data de emissão: 04.08.2020
Comprovativo n.º 042/2020

Processo n.º 31807/OCP/RC/OC
Nome: Aníbal Mendes de Matos
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Camilo Castelo Branco, B.º Trigache Norte, UF da Pontinha e Famões
Data de emissão: 20.08.2020
Comprovativo n.º 043/2020

Processo n.º 212/2020/OP/GI
Nome: Vitor Martins Simões
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Casal do Abadesso, lote 380 – B.º Casal do Bispo – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 20.08.2020
Comprovativo n.º 044/2020

Listagem dos Alvarás de Utilização e Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro, durante o mês de agosto de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/6799 de 2020.09.07 (edoc/2020/50568):

Alvarás de utilização

Processo n.º 178/2017/OP/GI
Nome: Exubermonium, Lda.
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 2 – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 06.08.2020
Alvará n.º 125/2020

Processo n.º @223/2015
Nome: José Augusto Vaz
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Egas Moniz n.º 4 e 4A – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 07.08.2020
Alvará n.º 126/2020

Processo n.º 559/2018/OP/GI
Nome: Couteze – Construtora Unida de Tomar e Zêzere Lda.
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Praceta Américo Nunes n.º 5 – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 18.08.2020
Alvará n.º 127/2020

Processo n.º 20/2015/OP/GI
Nome: Sérgio Alexandre Gomes Pio
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Viana da Mota, n.º 19 e 19A – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 20.08.2020
Alvará n.º 128/2020

Processo n.º 437/2018/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções, Lda.
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Augusto Amaral, Lote 119 – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 21.08.2020
Alvará n.º 129/2020

Processo n.º 429/2017/OP
Nome: Maria de Lurdes Gomes Farroco
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de Macau, n.º 15 – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 24.08.2020
Alvará n.º 130/2020

Processo n.º 135/2018/OP/GI
Nome: Carlos Alberto Leitão de Carvalho
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Pinhal Castelo de Vide, Lote 27 – B.º Arco Maria Teresa
UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 24.08.2020
Alvará n.º 131/2020

Processo n.º @7/2020
Nome: Manuel Fernando da Silva Ferreira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Santo Onofre, lote 802 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha
E Famões
Data de emissão: 26.08.2020
Alvará n.º 132/2020

Processo n.º @420/2020
Nome: Ezequiel Farinha Cardoso
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 25 de agosto, B.º Casal Novo Bons Dias – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 31.08.2020
Alvará n.º 133/2020

Processo n.º 273/2016/OP/GI
Nome: Mehnaze Ahmed
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 143 – B.º Casal dos Apréstimos
UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 31.08.2020
Alvará n.º 134/2020

Alvarás de Construção

Processo n.º 122/2020/OP/GI
Nome: Acácio Maria Justina Francisco
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua S. Martinho, lote 113, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 04.08.2020
Alvará n.º 201/2020

Processo n.º 177/2018/OP/GI
Nome: José Ferreira Antunes de Sousa
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Alterações
Local: Rua Moinho do Baeta, lote 32, Bairro Moinho do Baeta
Data de emissão: 06.08.2020
Alvará n.º 202/2020

Processo n.º 17/2019/OP/GI
Nome: Mário Cruz Lima
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua dos Carrascais, Lote 39 – B. dos Carrascais – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 07.08.2020
Alvará n.º 203/2020

Processo n.º 516/2019/OP
Nome: Ana Cristina Carvalho da Silva Pratas
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Neto, Lote 15 – Odivelas
Data de emissão: 12.08.2020
Alvará n.º 204/2020

Processo n.º 376/2017/OP/GI
Nome: Diolino Paulo dos Reis
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Estrada Municipal, Lote 127 – B. Vale Pequeno – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 13.08.2020
Alvará n.º 205/2020

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Processo n.º 113/2020/D/OVP

Nome: Vitor Augusto, Eng. Reabilitação e Const. Unipessoal, Lda.

Assunto: Licença de Operadores de Subsolo

Local: Rua D. Nuno Alvares Pereira, n.º 8 - Odivelas

Data de emissão: 13.08.2020

Alvará n.º 206/2020

Processo n.º 76/2019/OP/GI

Nome: Andreia Susana Araújo Fernandes

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Jaime Cortesão, Lote 59 – B.º Encosta do Mourigo – UF de Pontinha e Famões

Data de emissão: 13.08.2020

Alvará n.º 207/2020

Processo n.º 604/2019/OP

Nome: Vitor Patrício Cadete

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Ramiro Esteves Coluna, n.º 14 e 14ª – UF de Pontinha e Famões

Data de emissão: 18.08.2020

Alvará n.º 208/2020

Processo n.º 505/2017/OP/GI

Nome: Maria Helena Coelho de Sousa Franco

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Alfeu Gaspar do Amaral, Lote 123 – B.º Trigache Norte – UF da Pontinha e Famões

Data de emissão: 19.08.2020

Alvará n.º 209/2020

Processo n.º 572/2018/OP/GI

Nome: Maria Helena Coelho de Sousa

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua São Sebastião, Lote 616 – B.º Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões

Data de emissão: 19.08.2020

Alvará n.º 210/2020

Processo n.º 399/2019/OP/GI

Nome: Bruno Funina Coutinho

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Eng.º Duarte Pacheco, Lote 953 – B.º Casal Novo – UF Pontinha e Famões

Data de emissão: 24.08.2020

Alvará n.º 211/2020

Processo n.º 123/2019/OP/GI

Nome: Joana Margarida de Jesus Cabral de Araújo Martins

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua 3, Lote 23 – B.º Pinhal Verde – UF de Ramada e Caneças

Data de emissão: 24.08.2020

Alvará n.º 212/2020

Processo n.º 28/2019/OP/GI

Nome: Serafim de Almeida Lourenço

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Machado de Castro, Lote 497 – B.º Casal da Silveira – UF de

Pontinha e Famões

Data de emissão: 27.08.2020

Alvará n.º 213/2020

Processo n.º 147/2020/OP/GI

Nome: Coutinho e Funina, Lda.

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Eng. Duarte Pacheco, lote 588 – B.º Casal dos Mochos – UF de Pontinha e Famões

Data de emissão: 27.08.2020

Alvará n.º 214/2020

Processo n.º 271/2018/OP

Nome: Otilia de Fátima Pereira Roberto Valério Seita

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Serpa Pinto, Lote 134 – Odivelas

Data de emissão: 27.08.2020

Alvará n.º 215/2020

Processo n.º 4/2020/OP/GI

Nome: Cheila Patrícia Semedo Cardoso

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Bernardo Santareno, Lote 108 – Bairro Alto de Famões – UF de Pontinha e Famões

Data de emissão: 31.08.2020

Alvará n.º 216/2020

Processo n.º 342/2018/OP

Nome: António Manuel Ferreira Magalhães

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Av. D. Dinis, n.º 14 – Odivelas

Data de emissão: 31.08.2020

Alvará n.º 217/2020

Processo n.º 499/2018/OP/GI

Nome: Maria dos Remédios Bernardo dos Santos Carvalho

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Alfredo Ruas, Lote 251 – Bairro do Girassol – UF de Ramada e Caneças

Data de emissão: 31.08.2020

Alvará n.º 218/2020

Processo n.º 303/2018/OP

Nome: Espaço Seiscentos Soc. Imobiliária S.A

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Beatriz Costa, n.º 2 – Odivelas

Data de emissão: 31.08.2020

Alvará n.º 219/2020

Processo n.º 130/2020/OP/GI

Nome: Fernando Nuno Rodrigues

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua da Pedreira, Lote 643 – B.º Casal Novo – UF de Ramada e Caneças

Data de emissão: 31.08.2020

Alvará n.º 220/2020

Processo n.º 400/2019/OP/GI

Nome: Alzira Maria Ventura Lourenço Simões Baeta

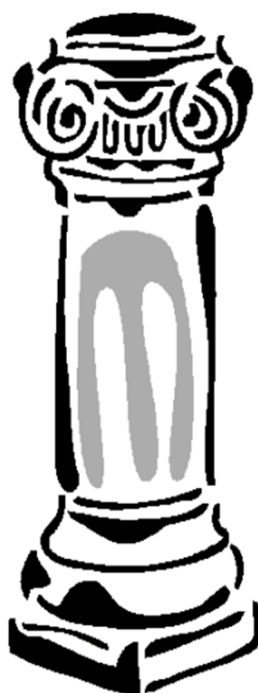
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua 25 de agosto, lote 5 – Casal dos Bons Dias – UF de Ramada e Caneças

Data de emissão: 31.08.2020

Alvará n.º 221/2020

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA*

Realizada em 16 de julho de 2020

**Em conformidade com as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), a presença em sala encontrava-se restrita a um número máximo de eleitos e aos serviços de apoio indispensáveis à realização da sessão. Os restantes eleitos participaram por plataforma de videoconferência e, adicionalmente, a Sessão esteve acessível durante o seu decurso através da internet.*

De forma a assegurar o acesso do público às sessões da Assembleia Municipal de Odivelas (AMO) foi disponibilizado o endereço eletrónico da AMO (assembleia.municipal@cm-odivelas.pt), para inscrição e participação deste.

A visualização da Sessão da Assembleia Municipal, foi possível pela plataforma Youtube, através do canal da Assembleia Municipal de Odivelas.

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

«RECOMENDAÇÃO

AUTOMATIZAÇÃO DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS

Considerando que:

i. perante a crise pandémica da Covid-19, quem vive e trabalha no município de Odivelas está a responder corajosamente e a adaptar os seus comportamentos à nova realidade que esta doença nos impôs;

ii. as pessoas compreendem a importância de alterar os seus hábitos e protegerem a comunidade da ameaça que hoje enfrentamos no concelho, em Portugal e no mundo;

iii. são muitas as mudanças e as incertezas que se levantam nas mais variadas áreas, sobretudo nas que dizem respeito aos direitos, garantias e proteção, sendo que, neste contexto, é uma das primeiras responsabilidades das autarquias a de responder a quem está mais vulnerável e viu os seus rendimentos reduzidos;

iv. o papel da Câmara Municipal tem passado pelo esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais;

v. muitas famílias encontram-se em situação de carência económica, provocada ou agravada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 que ainda vivemos, situação que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água;

vi. a instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas das famílias carenciadas do concelho, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo;

vii. contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido;

viii. a entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR) já em 2018, em Recomendação (Recomendação ERSAR n.º 02/2018) aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica;

ix. nota ainda a ERSAR que, uma vez que o regime de tarifa social aprovado em 2017 apenas incide sobre o serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, e “sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR considera que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis;

x. o Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar

a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);

xi. o número de agregados familiares potencialmente beneficiários, pode ser obtido através dos dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia por concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos, <https://www.tarifasocial.dgeg.gov.pt/estatistica.aspx>;

xii. atendendo aos números da Direção Geral de Energia e Geologia, nas estatísticas do Sistema de Informação da Tarifa Social de Energia do mês de Abril de 2020, no nosso Concelho, a automatização da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos poderá chegar a beneficiar 10.436 agregados familiares, ultrapassando em larga margem os números atuais de 830.

Assim, a assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 16 de julho de 2020, recomenda ao executivo municipal que:

1. inicie o procedimento com vista a tornar a atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos de forma Automática, através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.

Enviar este documento à Câmara Municipal de Loures, à Assembleia Municipal de Loures, aos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PAN, do BE, do PPD/PSD, da CDU, com a abstenção das bancadas do PS e do CDS/PP e do Membro Independente Lúcia Lemos)

Odivelas, 20 de julho de 2020»

(Aprovado por maioria)

«RECOMENDAÇÃO

PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DO “JARDIM ENCANTADO” NA SERRA DA AMOREIRA

Considerando que:

i. a concelhia de Odivelas do Bloco de Esquerda foi contactada para visitar o espaço florestal, designado pela população como “*Jardim Encantado*” e que se localiza na Ramada, mesmo em frente ao Parque de Merendas da Serra da Amoreira;

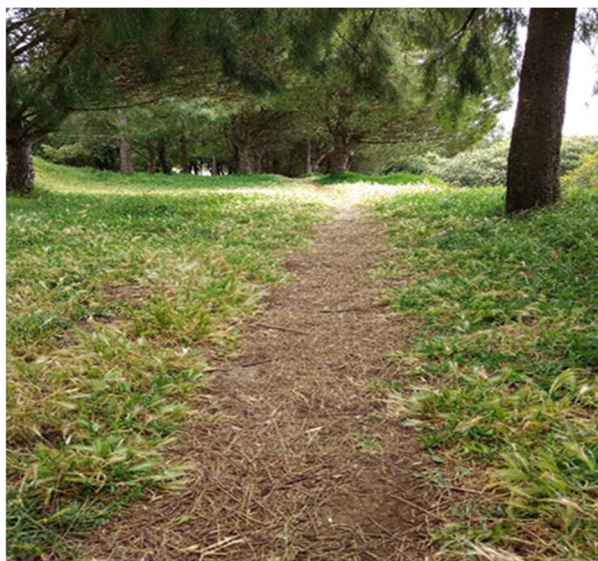
ii. se trata de um local, frequentado por muitas pessoas que ali fazem os seus passeios higiénicos, já que, em tempos de pandemia, o Parque de Merendas encontra-se compreensivelmente fechado e não pode ser usufruído;

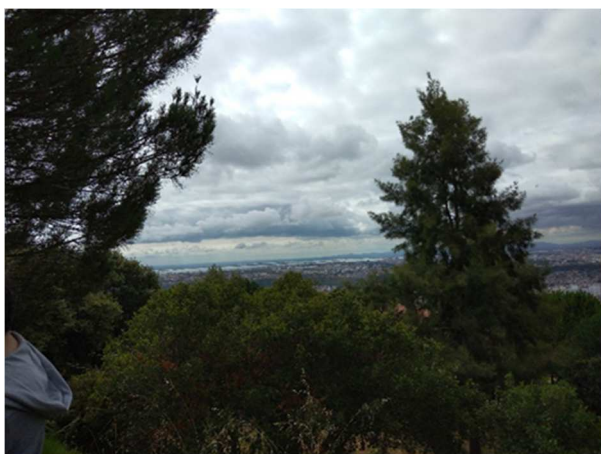
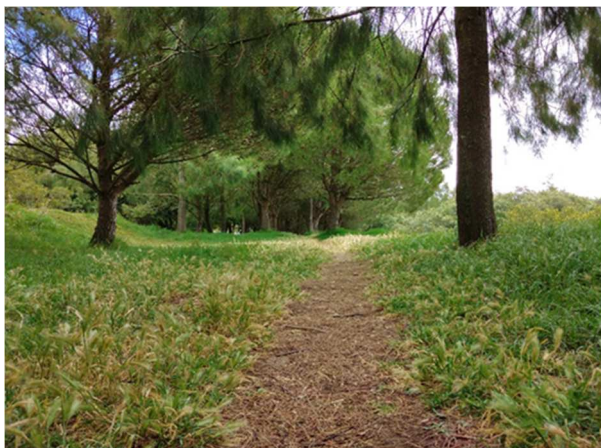
iii. esse espaço é, também, bastante utilizado por cidadãos e cidadãs para passear os seus animais de companhia, aproveitando aquele espaço para permitir-lhes alguma «liberdade»;

iv. o dito local, bastante aprazível, é usado, também, para fins menos dignos, como por exemplo o despejo de entulhos de obra ou como «instalação sanitária» ao ar livre;

v. dada a sua utilização, localização e características mais rústicas, o “*Jardim Encantado*” deveria ser aproveitado e melhorado, por forma a criar-se uma mais valia de qualidade para a população;

vi. está aqui a oportunidade de desenvolver-se algo pensado, diferenciado e estruturado que vá ao encontro do perfil dos utilizadores daquele espaço





Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 16 de julho de 2020, recomenda ao executivo municipal que:

1. juntamente com a Junta de Freguesia da União das Freguesias da Ramada e Caneças, elabore um projeto de qualificação do “*Jardim Encantado*”, encarando esse parque como uma mais valia para uso de todas e todos e sem colocar em causa as suas características rusticas;

2. no imediato, crie as condições de salubridade e limpeza, de modo a possibilitar a fruição segura e confortável do jardim;

3. proteja, valorize e devolva o “*Jardim Encantado*” a toda a comunidade.

Enviar este documento à Junta de Freguesia da União das Freguesias da Ramada e Caneças, à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Ramada e Caneças e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do BE, da CDU e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção das bancadas do PPD/PSD, do PAN e do CDS/PP.)

Odivelas, 20 de julho de 2020

(Aprovado por maioria)

RECOMENDAÇÃO

“PELA UTILIZAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO SILENCIOSOS”

Pela bancada do PAN, foi apresentada uma Recomendação, com o título “Pela utilização de fogos de artifício silenciosos” (documento n.º 5), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, do PAN, da CDU, e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção da bancada do CDS/PP e do PPD/PSD e os votos contra do PS.

(Rejeitada por maioria)

«RECOMENDAÇÃO

ADESÃO DE ODIVELAS À REDE DE CIDADES PROTETORAS DA TERRA

Atravessamos uma crise sanitária sem precedentes, com repercussões em diferentes dimensões, como a económica e social, mas também uma dimensão ecológica que nos deve levar a refletir sobre a voragem do paradigma em que vivemos.

A natureza está ameaçada pelo aquecimento global e pela poluição tóxica, pela perda de biodiversidade e destruição de habitats. A crise sanitária causada pelo coronavírus COVID-19 alertou para a necessidade de revermos a forma como olhamos e administramos a natureza e a biodiversidade, sendo a altura de nos comprometermos com uma reconstrução da sociedade, que respeite os recursos naturais,

transite para uma economia neutra em carbono e construa um futuro resiliente e sustentável.

A linguagem que rege a nossa vida é a linguagem da economia, e esta na opinião do Prof. Sir Partha Dasgupta e de Inger Andersen das Nações Unidas; num recente artigo, está-nos a falhar. *“As nossas economias, existências e bem-estar, todas dependem da Natureza, da comida que comemos, ao controle do clima, controle de doenças e alimento espiritual. Sem a Natureza não existiria a Vida.”*

A atual destruição da Natureza tem sido responsabilizada como motor principal de doenças que atravessam da vida selvagem para os humanos. Em abril, os principais responsáveis da Plataforma Intergovernamental pela política científica para a Biodiversidade (IPBES) afirmaram que ainda mais surtos mortais serão prováveis se a destruição não for travada.

Cada vez mais pessoas e movimentos apelam para que o **Crime de Ecocídio** - uma perda grave, dano ou destruição dos ecossistemas incluindo danos climáticos e culturais - seja introduzido no elenco dos crimes para os quais o Tribunal Penal Internacional tem competência de intervenção, juntamente com o Genocídio, os Crimes de Guerra e os Crimes contra a Humanidade, considerando o impacto deste delito na comunidade internacional no seu conjunto, em todos os habitantes da Terra, e não apenas sobre a humanidade.

Desta forma, pretende-se alcançar **uma lei para proteger a Terra e uma maior responsabilidade coletiva na proteção do mundo natural e da vida como um todo**, tendo por princípio básico e primeiro “não provocar danos”.

Estes apelos chegam quando sabemos que as negociações sobre o clima têm falhado o seu objetivo, e que continuamos a assistir à destruição acelerada da natureza, não se conseguindo proteger devidamente das atuais práticas agrícolas e industriais, nem impedir a utilização de tecnologias, muitas delas não suficientemente testadas, que causam graves danos ecológicos e prejudicam o combate às alterações climáticas.

De acordo com um artigo publicado pelas Nações Unidas¹, em junho deste ano, são determinantes quatro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a recuperação sustentável no pós-COVID – Ação Contra a Mudança Global do Clima (Objetivo 13), Vida Terrestre (Objetivo 15), Vida na Água (Objetivo 14) e Consumo e Produção

Responsáveis (Objetivo 12), salientando que a crise causada pela Covid-19 veio demonstrar que a luta contra a pobreza e a fome e o bem-estar e saúde das populações estão a ser prejudicados pela ameaças ambientais que comprometem os sistemas, e afirmando mesmo que *“ só é possível ter recuperação e desenvolvimento sustentável duradouros quando as respostas, os planos e as políticas ambientais recebem a devida importância.”*

“Cidades Protetoras da Terra”² (CPT) é um movimento de colaboração global entre cidades destinado a proteger a Terra, **cuas Câmaras Municipais se comprometem a colaborar e cooperar com as comunidades, outras entidades do governo local, sociedade civil, empresas e outras organizações, com o objetivo de proteger a Terra, os ecossistemas, a vida selvagem, o ar, o solo e a água.** Através desse compromisso, a cidade estará também a publicamente apoiar a campanha para incluir no Estatuto de Roma o Crime de Ecocídio.

Esta rede permite um diálogo global entre Municípios e a colaboração com empresas e organizações não governamentais participantes, e exige o compromisso de mudanças e o respeito por cinco objetivos.

Mudanças no sistema:

- Na forma como vivemos (da comida aos transportes) – Estilos de vida;
- Na utilização de energia - Energia Verde;
- Na forma como trabalhamos - Economia Verde, Biológica e Regional;
- Na forma como pensamos a nossa relação com o Planeta Terra – Educação, Sensibilização, Saúde e Bem-Estar;
- Na forma como abordamos o futuro, trabalhando em conjunto – Abordagem de Desenvolvimento Regenerativo, Comunidade e Resiliência.

Cinco objetivos:

- Criar uma estratégia e um prazo para atingir um futuro com neutralidade carbónica;
- Pôr em prática a transição de uma vida sustentável para uma vida regenerativa onde for possível;

¹ <https://nacoesunidas.org/quatro-odss-sao-chave-para-recuperacao-sustentavel-no-pos-covid/>

² <https://earthprotectorcommunities.net/towns/>

- Proteger e melhorar os ecossistemas, os habitats e as espécies dentro e à volta da cidade;

- Ser pioneiro na redução e eliminação do uso único de plástico;

- Promover a divulgação das emergências climática e ecológica.

O Município deve, ainda, comprometer-se para que **as suas decisões de investimentos futuros tenham em consideração as práticas ambientais das instituições envolvidas**, tal como os requisitos legais existentes em investimentos públicos.

Relembrando que o **Pacto Ecológico Europeu** é uma resposta da União Europeia que visa **transformar a UE** numa sociedade equitativa e próspera, **eficiente na utilização dos recursos** e competitiva, **tendo como um dos seus claros objetivos que em 2050 tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa** e que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos, protegendo, conservando e reforçando o capital natural da UE e protegendo a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente, enquanto **prioriza as pessoas numa transição equitativa e inclusiva**, pretendendo um novo pacto que reúna os cidadãos, em toda a sua diversidade, com as autoridades nacionais, regionais e locais, a sociedade civil e a indústria;

O **Pacto Ecológico** é parte integrante da estratégia da Comissão Europeia para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas;

Considerando que:

- a administração local é um agente privilegiado para a descentralização das políticas públicas nos mais diversos domínios, entre eles a sustentabilidade e resiliência da cidade, e que as **"Cidades Protetoras da Terra"** é um movimento cujos municípios se comprometem com o objetivo de proteger a Terra, os ecossistemas, a vida selvagem, o ar, o solo e a água, e apoiam publicamente a campanha para incluir no Estatuto de Roma o Crime de Ecocídio

O PAN propõe que a Assembleia Municipal de Odivelas delibere:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Odivelas, que a cidade de Odivelas adira às **"Cidades Protetoras da Terra"**;

2. Enviar a presente recomendação a todos os grupos de cidadãos e organizações não governamentais ligadas às áreas do ambiente, da cidadania, da natureza e da proteção do bem-estar animal;

3. Enviar a presente recomendação aos diversos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

(Documento apresentado pela bancada do PAN – Aprovado por Unanimidade)

Odivelas, 20 de julho de 2020»

(Aprovado por unanimidade)

RECOMENDAÇÃO

"FISCALIZAÇÃO DA LEI REFERENTE A CONSUMO DE ÁLCOOL, AJUNTAMENTOS NA VIA PÚBLICA E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTOS"

Pela bancada do CDS-PP, foi apresentada uma Recomendação, com o título "Fiscalização da lei referente a consumo de álcool, ajuntamentos na via pública e encerramento de estabelecimentos" (documento n.º 7), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU e do CDS/PP com a abstenção das bancadas do PPD/PSD e do Membro Independente Lúcia Lemos, e com os votos contra das bancadas do PS, do BE e do PAN.

(Rejeitada por maioria)

RECOMENDAÇÃO

"AUMENTO DE VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA SEMAFORIZAÇÃO"

Pela bancada do CDS-PP, foi apresentada uma Recomendação, com o título "Aumento de velocidade de circulação rodoviária Semaforização" (documento n.º 8), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas do CDS/PP, com a abstenção das bancadas do PPD/PSD, do PAN, da CDU do Membro Independente Lúcia Lemos e com os votos contra das bancadas do PS e do BE.

(rejeitada por maioria)

RECOMENDAÇÃO

“DISTRIBUIÇÃO DE MÁSCARAS SOCIAIS”

Pela bancada do CDS-PP, foi apresentada uma Recomendação, com o título “Distribuição de máscaras sociais” (documento n.º 9), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU, do CDS/PP, do PAN, do PPD/PSD e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção da bancada do BE e com os votos contra da bancada do PS.

(Rejeitada por maioria)

RECOMENDAÇÃO

“RECEPIENTE PARA MÁSCARAS DESCARTÁVEIS”

Pela bancada do CDS-PP, foi apresentada uma Recomendação, com o título “Recepiente para máscaras descartáveis” (documento n.º 10), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor da bancada do CDS/PP, com a abstenção das bancadas da CDU e do Membro Independente Lúcia Lemos, e com os votos contra das bancadas do PS, do BE, do PAN e do PPD/PSD.

(Rejeitada por maioria)

MOÇÃO

«MOÇÃO

ODIVELAS CONCELHO ANTI-RACISTA

Considerando que:

i. o assassinato de George Floyd em Minneapolis, EUA, a 25 de maio de 2020, desencadeou uma onda de solidariedade antirracista por todo o mundo;

ii. muitos outros casos de violência com motivação racista têm acontecido nos Estados Unidos da América, noutros pontos do mundo, em Portugal e até mesmo no nosso concelho. Por diversas vezes, esta Assembleia já condenou esses dramáticos eventos;

iii. no passado dia 6 de junho, milhares de pessoas em Portugal saíram às ruas de várias cidades de

forma espontânea pela igualdade de direitos e contra o racismo e xenofobia;

iv. no dia 27 de junho a extrema-direita fascista ensaiou uma saída à rua para dizer que Portugal não é um país racista. Nessa fracassada manifestação até existiu lugar para se ver a «saudação nazi» a ser feita por um deputado da Assembleia da República;

v. nesse mesmo dia 27 de junho foram conhecidos dados do inquérito **European Social Survey** a propósito do racismo em Portugal. Os resultados mostram que 62% dos portugueses têm crenças racistas, esse valor cresce nos escalões etários mais altos e nem as habilitações escolares ou a condição económica fazem esbater significativamente essa perceção. O estudo conclui que apenas 11% da população residente em Portugal discorda completamente de qualquer crença associada ao racismo biológico e cultural;

vi. num período histórico no qual a extrema-direita fascista volta a tentar assumir um papel relevante na vida coletiva, espalhando discursos de ódio, mentiras e ataques à democracia, as e os democratas não podem ignorar essa realidade. Afirmar e defender o Estado de Direito baseado nos princípios da igualdade e da não discriminação é o dever cívico mais importante que temos pela frente.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 16 de julho de 2020, delibera:

1. declarar Odivelas como município anti-racista.

Enviar este documento ao Presidente da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, a todas as Assembleias de Freguesia do concelho e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do BE, do PPD/PSD, da CDU, e do Membro Independente Lúcia Lemos, com o voto contra da bancada do CDS/PP)

Odivelas, 20 de julho de 2020»

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

«VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE ALFREDO TROPA

Alfredo Tropa morreu no passado dia 5 de julho. Nascido no Porto em 1939, estudou na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra onde deu os seus passos iniciais no movimento cineclubista e realizou a sua primeira curta, “Inundações”, em 1960.

Foi para Paris em 1961, através de uma bolsa do Fundo do Cinema Nacional. Estagiou na televisão francesa e regressou a Portugal para ser um dos fundadores da Média Filmes. Também foi um dos fundadores do Centro Português de Cinema e um dos primeiros realizadores a ser apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Deu início a sua carreira como assistente de realização nos filmes fundadores do *Cinema Novo*, como “*Mudar de Vida*” de Paulo Rocha.

Entrou nos quadros da Rádio Televisão Portuguesa (RTP) em 1968 e foi o realizador que acompanhou a investigação de Michel Giacometti e Fernando Lopes-Graça por todo o país, intitulada “*O Povo que Canta*”. A 25 de Abril de 1974, Alfredo Tropa realizou a emissão especial da RTP a partir dos estúdios do Lumiar. Mais tarde foi diretor dos Arquivos e Documentação da televisão pública.

A Academia Portuguesa de Cinema que anunciou, através das redes sociais, o falecimento do realizador lembrou o “*Realizador de inúmeros documentários e programas de televisão, especialmente para a RTP onde trabalhou durante muitos anos, contribuiu também para o cinema português com a realização várias curtas metragens, e algumas longas, de que se destacam, “Pedro Só” (1972) e “Bárbara” (1980)”*. Nessa publicação Informa-se ainda que “*Alfredo Tropa seria, e será, um dos homenageados com o Prémio Sophia de Carreira 2020, celebrando assim a academia, os 50 anos do nascimento do Centro Português de Cinema*”.

Em 2000, o Presidente agraciou Alfredo Tropa com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 16 de julho de 2020, lamenta profundamente o falecimento de

Alfredo Tropa e endereça à família e amigos/as sentidas condolências.

Enviar este documento ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Academia Portuguesa de Cinema, ao Centro Português de Cinema, à RTP e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

Odivelas, 20 de julho de 2020»

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE SAUDAÇÃO

“ESTRANGEIROS INTEGRADOS”

Pela bancada do CDS-PP, foi apresentado um Voto de Saudação, com o título “Estrangeiros Integrados” (documento n.º 11), que será transcrito em ata. Colocado à votação, o voto de saudação, foi rejeitado por maioria, com os votos a favor das bancadas do CDS/PP e com os votos contra das bancadas do PS, do PPD/PSD, da CDU, do PAN, do BE e do Membro Independente Lúcia Lemos.

(Rejeitada por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA UMA PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado o adiantado da hora, pela Sra. Presidente em exercício da Assembleia Municipal, foi posta à votação a passagem dos seguintes pontos para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal:

Ponto 1- Proc. N.º 43/DGOU/GPRUA – Proposta de Relatório de Acompanhamento e Avaliação da Operação de Reabilitação Urbana da ARU da Vertente Sul referente ao Ano de 2019;

Ponto 2- Proposta de Alteração de Estatutos da Associação de Municípios para o Gás (AMAGÁS) para Associação de Municípios Infraestruturas Urbanas Concessionadas;

Ponto 3- Proposta de Aprovação do Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Odivelas [2020-2022];

Ponto 4 - Proposta de Política de Proteção e Privacidade de Dados do Município de Odivelas;

Ponto 5- Proposta de Projecto de Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis;

(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 17 de setembro de 2020

** Em conformidade com as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), e com o disposto no número 1 do artigo 3.º da Lei 28/2020 de 28 de julho, a presença em sala encontrava-se restrita a um número máximo de eleitos e aos serviços de apoio indispensáveis à realização da sessão. Os restantes eleitos participaram por plataforma de videoconferência e, adicionalmente, a Sessão esteve acessível durante o seu decurso através da internet.*

Nos termos da referida Lei, e de forma a assegurar o acesso do público às sessões da Assembleia Municipal de Odivelas foi disponibilizado o endereço eletrónico da AMO (assembleia.municipal@cm-odivelas.pt), para inscrição e participação deste (mediante envio de intervenção escrita ou envio de ficheiro de imagem/vídeo com intervenção não superior a 5 minutos) e a possibilidade de o público se dirigir aos serviços nos Paços do Concelho, no dia anterior à reunião, no período entre as 15h e as 17h, gravando a sua intervenção.

A visualização da Sessão da Assembleia Municipal, foi possível pela plataforma Youtube, através do canal da Assembleia Municipal de Odivelas

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

«RECOMENDAÇÃO

PELA CRIAÇÃO DA PROVEDORIA DE BEM-ESTAR ANIMAL DO CONCELHO DE ODIVELAS

"A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como trata os seus animais". (Mahatma Gandhi)

A criação do Provedor Municipal dos Animais de Lisboa, através da Deliberação n.º 498/CM/2013, foi um marco histórico nas políticas públicas de bem-estar e protecção animal do nosso País. A deliberação pretendeu dar resposta ao avolumar de queixas dos munícipes sobre situações de protecção e bem-estar animal no concelho de Lisboa.

Com a consagração do estatuto jurídico do animal, vertido pela Lei n.º 8/2017 de 3 de Março, que reconhece os animais no código civil como seres vivos dotados de sensibilidade, outros municípios seguiram o exemplo e recentemente foram criadas as provedorias dos animais de Almada, Ovar e Faro. Outras propostas semelhantes estão em implementação um pouco por todo o país.

O PAN Odivelas tem solicitado esclarecimentos, e dado sugestões de melhoria, relativos à política de bem-estar e protecção animal no concelho. Também notamos, com satisfação, que estes temas são cada vez mais frequentemente referidos pela população em geral.

Relembramos alguns:

- Os incómodos manifestados pelos munícipes com a sobrepopulação de pombos;
- A falta de locais específicos onde os cães de companhia possam socializar em segurança, os parques caninos;
- A conveniência de adaptar alguns bebedouros públicos, com uma torneira separada ao nível do solo, para animais de companhia;
- A revisão do regulamento público de higiene urbana do concelho de Odivelas, por forma a permitir alimentar colónias de gatos de rua em processo CED (captura-esterilização-devolução), devidamente sinalizadas junto do serviço médico-veterinário municipal, ao abrigo da Portaria 146/2017. Iniciativa já aprovada nesta Assembleia Municipal, proposta pelo Pessoas-Animais-Natureza.
- A implementação de um programa de abrigos para gatos de rua assim como a criação do gatil Municipal;

Além destes temas, somos contactados por munícipes com outras questões, que ajudamos a encaminhar para os serviços e/ou autoridades competentes, ou trazemos a esta assembleia municipal, tais como:

- Cães acorrentados e/ou excessivamente confinados em varandas e outros locais como terrenos, anexos e quintas;

- Eliminação indevida de ninhos em época de nidificação;
- Podas e cortes de árvores fora de época, com impactos nas espécies que nelas habitam;
- Atropelamentos de animais silvestres e domésticos na via pública;
- Matilhas esporádicas de cães na via pública;
- Colónias de gatos de rua por sinalizar e intervencionar, ao abrigo da Portaria 146/2017;
- Literacia de bem-estar animal nas escolas;
- Programas de esterilização gratuita ou comparticipada para famílias carenciadas;
- Atendimento veterinário dos gatos das colónias existentes para além do programa CED;
- Incapacidade de acolhimento de animais de grande porte;
- Formação em comportamento animal no CRO para a recuperação de animais e aumento de adoções;
- Falta de parcerias com associações de animais e hospitais veterinários para a implementação dos programas e devido atendimento aos animais do município colmatando a limitação horária e capacidade do CRO;

Algumas recomendações do PAN têm sido aprovadas e seguidas, mas muitas ficam sem intenções concretas. Consideramos por isso que existe um longo caminho a percorrer, no que diz respeito às políticas públicas de bem-estar animal e à envolvimento da sociedade civil no concelho de Odivelas.

Tendo em consideração este contexto, o PAN Pessoas-Animais-Natureza, considera que a figura do Provedor dos Animais é de supra importância para o concelho e apela a esta Assembleia que aprove a sua criação. O Provedor dos animais do concelho de Odivelas deve agir de forma independente, autónoma e imparcial, em colaboração com movimentos de cidadãos, associações e instituições cujo objecto seja a protecção e a defesa dos animais que actuem na área do concelho, com a protecção civil, juntas de freguesia e com os serviços municipais, sempre que tal seja profícuo para o cabal cumprimento da sua missão.

Pela elevação do nosso concelho no que concerne às políticas públicas de bem-estar animal, vem a

bancada municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Odivelas, delibere recomendar à Câmara Municipal de Odivelas que:

1. Crie o cargo de Provedor Municipal dos Animais, cuja missão garanta a defesa e a proteção dos animais, sempre que necessário com recurso aos serviços municipais de Odivelas;

(Documento apresentado pela bancada do PAN – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, da CDU, e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção das bancadas do PS, do PPD/PSD e com os votos contra da bancada do CDS/PP)

Odivelas, 21 setembro de 2020»

(Aprovado por maioria)

«RECOMENDAÇÃO

PELA CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE PARTILHA DE BICICLETAS E EXPANSÃO DA REDE DE CICLOVIAS

Decorrente da declaração de emergência de saúde pública de âmbito internacional, pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020 e da classificação COVID-19, doença provocada por um novo coronavírus (SARS-COV-2), enquanto pandemia, no dia 11 de março de 2020, tornou-se essencial adotar medidas de contingência para a prevenção da COVID-19, atendendo à proliferação de casos de contágio registados ainda no momento atual e que é crescente nos concelhos limítrofes com a cidade de Lisboa, como é o caso do concelho de Odivelas.

Odivelas e o Distrito de Lisboa enfrentam novos desafios, sobretudo até ser encontrada uma vacina ou outro medicamento eficaz de combater esta doença. Porém, até lá, o mundo terá de se adaptar e encontrar formas de gradualmente poder retomar alguma atividade social e económica, com precauções e mantendo o devido distanciamento social, questão que se coloca inevitavelmente quanto ao uso de transportes públicos, sendo fundamental a sua articulação com outros meios de mobilidade, em particular com a mobilidade suave.

O reforço dos modos de mobilidade suave pode contribuir para a saúde pública e saúde individual

por permitir o necessário distanciamento entre pessoas, sobretudo se forem cumpridas algumas regras que têm vindo a ser estudadas. Não menos relevante é o contributo que os modos de mobilidade suave podem ter para a proteção ambiental, pela melhoria da qualidade do ar, e o cumprimento das metas de descarbonização, como as decorrentes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

Aliás, a melhoria da qualidade do ar verificada³ devido às medidas implementadas como forma de diminuir o contágio, deve ser um incentivo para novas políticas e para o planeamento urbano, onde as ciclovias, a bicicleta e a sua utilização devem assumir um papel cada vez mais ativo e preponderante.

Sabe-se que a promoção da intermodalidade e integração dos transportes públicos e dos seus vários operadores em tarifários mais simples e a preços mais acessíveis contribui para a sua maior utilização, em detrimento do transporte individual. Em 2019, a criação dos passes concelhios e do passe metropolitano, no âmbito dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como as suas várias modalidades, como, por exemplo, o passe familiar, foi um marco na região e no Concelho. Mas a COVID-19 e o receio ao contágio, tem puxado muitos cidadãos de volta para o transporte individual.

Criar um serviço público de partilha de bicicletas e sua integração e utilização nesta intermodalidade de transportes será o passo seguinte, fundamental para o aumento da sua utilização, contribuindo deste modo para o cumprimento da Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente do seu Objetivo 11, ao proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a um preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos e reduzindo o impacto ambiental negativo per capita, com especial atenção à qualidade do ar.

Desde o ponto de vista da saúde individual, de acordo com o Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física, em Portugal 80% dos adultos não pratica a atividade de exercício físico ou desporto recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Porém, sabe-se que a atividade física diminui o risco de obesidade e uma variedade de doenças como a doença coronária, a hipertensão, a trombose (AVC), o síndrome metabólico, a diabetes tipo II, o cancro da mama e

³ <https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/qualidade-do-ar-melhorou-ate-60-desde-dia-16-marco>

colorretal e a depressão. A falta de atividade da população também se reflete na despesa com saúde, pois, estima-se que se mesmo que somente metade (50%) da população portuguesa não praticasse atividade física, os custos seriam de cerca de 900 milhões de euros. E as medidas de confinamento da COVID-19 tem vindo a agravar esta situação. Neste sentido, as deslocações quotidianas são uma forma possível de introduzir exercício ligeiro no dia-a-dia, pelo que incentivar os meios de mobilidade ativa, nomeadamente caminhada e bicicleta, é, por diversos motivos, de grande relevância.

Nos últimos anos, o município tem vindo a criar condições para a promoção da mobilidade ligeira, nomeadamente para o uso da bicicleta, através da construção de ciclovias, existindo planos para a sua expansão com tudo o que isso representa de incentivo à prática do ciclismo no concelho.

Enquanto partido ecologista, o PAN aplaude o trabalho que tem sido desenvolvido pela autarquia nesta área e propõe um aprofundamento do mesmo, em particular a criação de um sistema de bicicletas partilhadas. Com um sistema de partilha de velocípedes municipal, assente na georreferenciação e no pré-registo de utilizadores, seria possível promover ainda mais o uso da bicicleta, contribuindo para a redução da poluição ambiental, a promoção de estilos de vida saudáveis e consequente melhoria da qualidade de vida das populações.

Relativamente a algumas preocupações que possam estar subjacentes à utilização da bicicleta como meio de transporte no contexto da COVID-19, destacamos ainda que já estão a ser realizados alguns estudos sobre o que se entende pelo adequado afastamento social durante o exercício físico⁴, devido ao perigo de contágio através de gotículas expelidas por uma pessoa em movimento, principalmente se a pessoa se encontrar atrás de outra pessoa. Desta forma, a autarquia deve também proceder a algumas recomendações de cautela, as quais devem ser adotadas até existirem novas recomendações definidas pelas autoridades portuguesas, nomeadamente:

- Na ausência de ventos fortes, a distância social lado a lado de duas pessoas pode manter-se de 2 metros para caminhar, correr e andar de bicicleta;

- Se uma pessoa estiver atrás de outra, podendo estar exposta às gotículas de quem se encontra à sua frente, então o equivalente à distância social deve aumentar para 5 metros em caso de caminhada, 10 metros em caso de corrida e 20 metros em caso de ciclismo (30 km/h).

Assim, e considerando que:

- A reabertura do comércio, serviços, atividade económica, cultural e de lazer no Distrito de Lisboa está a ser gradual, cumprindo as normas das autoridades de saúde nacionais e internacionais que recomendam a continuação do afastamento social;

- Essa reabertura põe novamente, centenas de milhares de pessoas em circulação, tanto dentro do Concelho como com concelhos limítrofes, e principalmente em ligação com a cidade de Lisboa;

- Os transportes públicos têm de responder às novas necessidades de saúde pública, garantindo a adequação da capacidade de passageiros para que circulem menos utilizadores de cada vez, para que não se propicie o contágio entre utilizadores, como se tem vindo a sentir, tornando-se necessário, por isso, aumentar a frequência de horários ou o número de carruagens (por exemplo) mas também encontrar alternativas;

- As deslocações em bicicleta (que pode ser elétrica) em meios periurbanos e urbanos combinadas em mobilidade multimodal, como o metro ou autocarro, são a opção mais prática e económica, sendo ainda na maioria dos trajetos curtos em contexto urbano, a mais rápida;

- Pequenos trajetos entre as estações de comboio e os locais de trabalho e/ou estudo podem ser feitos de bicicleta, evitando sobrecarregar autocarros, comboios e o metropolitano;

- A deslocação de bicicleta promove o exercício físico e consequentemente o bem-estar;

- Nem todas as pessoas têm facilidade em conseguir transportar a sua bicicleta ao longo do percurso completo nomeadamente de comboio até Lisboa;

- A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (EMNAC 2020 -2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º

⁴ <https://observador.pt/2020/03/20/correr-ou-andar-de-bicicleta-em-tempo-de-coronavirus-italia-e-franca-tem-regras-definidas/>; [https://pplware.sapo.pt/ciencia/covid-](https://pplware.sapo.pt/ciencia/covid-19-distancia-de-seguranca-em-atividades-fisicas-deve-ser-maior/)

[19-distancia-de-seguranca-em-atividades-fisicas-deve-ser-maior/](https://pplware.sapo.pt/ciencia/covid-19-distancia-de-seguranca-em-atividades-fisicas-deve-ser-maior/); [http://www.urbanphysics.net/Questions_and_Answers.p](http://www.urbanphysics.net/Questions_and_Answers.pdf)
df

131/2019, reconhece que são necessárias alterações à situação atual de forma a incrementar o peso relativo do transporte coletivo e da intermodalidade, e que para isso é preciso melhorar a articulação da rede de ciclovias e com o sistema de transportes públicos;

- Recentemente o Ministro do Ambiente desafiou os municípios para apresentarem propostas para acelerar os objetivos da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa – que prevê que Portugal passe, até 2030, de 0,5% de deslocações quotidianas de bicicleta para os 7,5% (média europeia).

- Alguns dos motivos apontados para a não utilização de bicicletas nas deslocações pendulares são as descontinuidades na rede ciclável, a semaforização desadequada, a ausência ou insuficiente visibilidade de informação útil e a dificuldade de articulação com transportes públicos.

Face ao acima exposto, vem o PAN-Pessoas, Animais, Natureza, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, propor à Assembleia Municipal de Odivelas que delibere recomendar à Câmara Municipal de Odivelas sobre os seguintes pontos:

1. Inicie (ou acelere, caso já esteja em curso) o processo de criação de um sistema de bicicletas (idealmente elétricas) partilhadas com estações em vários pontos do município, privilegiando escolas, serviços públicos, interfaces de transportes, áreas comerciais e áreas de lazer.

2. Envolve os grupos de utilizadores de bicicletas ativos na região e a população em geral nesse processo, de modo a que o sistema a criar seja o mais adequado possível às necessidades dos munícipes.

3. Aumente passeios, encerrando vias ao tráfego automóvel, garantindo que as esplanadas não impeçam a circulação de peões com o devido afastamento, e criando faixas únicas de utilização por bicicletas, onde há mais do que uma faixa de rodagem;

4. Crie lugares de estacionamento de bicicletas seguros, através da colocação de “racks” (de preferência com circuito filmado) perto de todos os terminais de transportes, perto de jardins públicos, e à entrada de estabelecimentos de ensino públicos e privados, com número de

lugares dependente da dimensão do equipamento em causa;

5. Reforce o compromisso na mobilidade suave, como contemplado no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), acelerando a execução dos projetos de expansão da rede de ciclovias anunciados pelo executivo dentro do Município mas também em ligação e parceria com os concelhos limítrofes de Loures, Vila Franca de Xira e Lisboa, dentro e fora do Programa Portugal Ciclável 2030, assegurando a continuidade da rede ciclável;

6. Assegure a necessidade de adequação dos autocarros e outros meios de transporte público coletivo ao transporte de bicicletas, nomeadamente através de equipamento denominados “racks”⁵;

7. Zele pelas condições de segurança necessárias nas ciclovias, minimização as situações de risco e criando uma campanha de sensibilização e respeito pelas normas de circulação, quer pelos peões e veículos, quer por ciclistas;

8. Incentive, através de comunicação e meios adequados, que os munícipes e as pessoas que estudam ou trabalham em Odivelas, sempre que possível e dentro do regulamentado da situação de calamidade, e após o término deste, se desloquem de bicicleta;

9. Estudar e determinar, em articulação com a Direção Geral de Saúde ou outros organismos, regras adequadas de afastamento, de modo a diminuir o contágio por COVID-19, conforme determinado já por alguns estudos, no âmbito da utilização das bicicletas, bem como da utilização das ciclovias, conforme acima referido.

(Documento apresentado pela bancada do PAN – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do BE, do PAN do PPD/PSD, da CDU, e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção da bancada do CDS/PP)

Odivelas, 21 setembro de 2020»

(Aprovado por maioria)

⁵ • European Cyclist's Federation:
<https://ecf.com/news-and-events/news/city-madrid-installs-bike-racks-buses-and-it%E2%80%99s-easier-and-cheaper-you-think>

• Integration of bicycle transport in Public Transport, a study in the framework of the 2MOVE2 CIVITAS Plus II
https://civitas.eu/sites/default/files/bikes_on_board_2move2_di7.02.03.pdf

RECOMENDAÇÃO

“SUBSTITUIÇÃO DOS SIMAR”

Pela bancada do CDS/PP foi apresentada uma Recomendação, com o título “Substituição dos SIMAR”, (documento n.º 3), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a recomendação, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor da bancada do CDS/PP, com a abstenção da bancada do PAN e com os votos contra das bancadas do PS, da CDU, do BE, do PPD/PSD, e do Membro Independente Lúcia Lemos.

(Rejeitada por maioria)

«RECOMENDAÇÃO

PELO REFORÇO DE VERBA DESTINADA ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ORÇAMENTO PARA 2021

Considerando que:

i. a pandemia da Covid-19 veio colocar novos desafios às autarquias, nomeadamente ao nível da ação social e do apoio às populações mais vulneráveis. As autarquias dispõem de meios e conhecimentos essenciais na resposta à crise, são responsáveis por serviços públicos fundamentais, e contam com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações;

ii. no caso das freguesias, pela sua dimensão e proximidade, têm desempenhado papel determinante no esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais para a minimização dos seus efeitos;

iii. justifica-se, por isso – e prevendo-se o agravamento das condições económicas e sociais das populações – a revisão da verba global a transferir para as freguesias já no próximo orçamento municipal, tendo em vista o reforço da sua capacidade e meios para prestar apoio às populações mais vulneráveis, designadamente em matéria de ação social. (Cfr. previsto nos art.ºs 7.º e 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto);

iv. aliás, os contratos interadministrativos atualmente em vigor, referiam expressamente a possibilidade de, “no futuro, poderem vir a ser reponderados o âmbito e os pressupostos destes contratos interadministrativos”, o que agora se propõe.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 17 de setembro de 2020, recomenda ao executivo municipal que:

na elaboração do Orçamento Municipal e das Grandes Opções para 2021 seja reforçada a verba global a transferir para as Freguesias no âmbito dos contratos de delegação de competências, com vista ao reforço da sua capacidade de atuação em matéria de ação social e outras relacionadas com a resposta à crise.

(Documento apresentado pela bancada do BE – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do BE, do PAN, da CDU, e do Membro Independente Lúcia Lemos, com a abstenção da bancada do PPD/PSD e com os votos contra da bancada do CDS/PP)

Odivelas, 21 setembro de 2020»

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“CONTRA O PROCESSO DE ELEIÇÃO INDIRETA DOS PRESIDENTES DA CCDR E PELA INSTITUIÇÃO EFETIVA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS”

Pela bancada do BE foi apresentada uma Moção, com o título “Contra o processo de eleição indireta dos presidentes da CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas”, (documento n.º 4), que será transcrita em ata. Colocada à votação, a moção, foi rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, da CDU, do PAN e do Membro Independente Lúcia Lemos e com os votos contra da bancada do PS, do PPD/PSD e do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

«VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELOS PRÉMIOS ALCANÇADOS NO FESTIVAL DE CINEMA VENEZA DAS REALIZADORAS ANA ROCHA DE SOUSA E LAURA CARREIRA

A realizadora Ana Rocha de Sousa venceu o prémio *Leão de Futuro*, de primeira obra e o prémio especial do júri da secção não competitiva *Horizontes*, no Festival de Cinema de Veneza, pela longa-metragem “Listen”. A obra foi distinguido

com o prémio *Leão do Futuro - Luigi De Laurentiis*, no valor de 84,4 mil euros.

Numa premiação paralela ao festival, o filme venceu ainda o prémio *Bisato d'Oro* de melhor realização e o prémio *Sorriso Diverso* Venezia, pela *"abordagem às questões sociais"*.

Esta é a primeira longa metragem da também atriz Ana Rocha de Sousa e é inspirada em factos reais. Trata-se de um drama sobre uma família portuguesa emigrada no Reino Unido, a quem os serviços sociais lhe retiram os três filhos menores, por suspeita de maus tratos.

A inspiração para o filme terá surgido em 2016, quando viveu e estudou em Londres, bem como no facto de se ter tornado mãe e de ter tomado conhecimento de casos de emigrantes que viveram o drama retratado em *"Listen"*. *"Não é de todo um filme contra ninguém em específico, mas pretende levantar questões; se não haverá outras formas de salvaguardar o superior interesse destas crianças e destas famílias para lá da adoção. (...) A grande dificuldade do tema são algumas definições demasiado subjetivas em termos legais que tornam o sistema [social] muito falível"*, disse Ana Rocha de Sousa numa entrevista à agência Lusa.

Ainda na edição deste ano do Festival de Cinema de Veneza, também, a realizadora Laura Carreira venceu o prémio *The Venice Short Film Nomination for the European Film Awards 2020*, com a sua curta metragem *"The Shift"*. A obra retrata a *"dependência crónica do trabalho e a insegurança sentida por tantos"* e é o seu segundo trabalho do género. *"É uma realidade que o cinema deve representar e quero que meus filmes contribuam para isso"*, escreveu Laura Carreira na nota de intenções.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 17 de setembro de 2020, congratula as realizadoras portuguesas Ana Rocha de Sousa e Laura Carreira pelos prémios alcançados no Festival de Cinema de Veneza.

(Documento apresentado pela bancada do BE – foi Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, do PS da CDU, do PAN, do PPD/PSD e do Membro Independente Lúcia Lemos, e com a abstenção da bancada do CDS/PP)

Odivelas, 21 setembro de 2020»

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

«VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE VICENTE JORGE SILVA

Vicente Jorge Silva faleceu no passado dia 8 de setembro. Nascido a 8 de novembro de 1945, foi um jornalista marcante na sociedade portuguesa. Chegou a ser deputado na Assembleia da República pelo Partido Socialista (PS) num curto período, entre 2002 e 2004.

Além de primeiro diretor e co-fundador do jornal Público, Vicente Jorge Silva foi também chefe de redação e diretor-adjunto do jornal Expresso, tendo criado a revista deste semanário.

Ainda antes do 25 de Abril, Vicente Jorge Silva foi diretor do Comércio do Funchal, o jornal cor-de-rosa que marcou a esquerda radical nesse tempo. Na edição de 8 de setembro do jornal Público é lembrado que o historiador Pacheco Pereira sintetizou o papel do Comércio do Funchal nesse período: *"O que tinha de diferente o Comércio do Funchal – e essa diferença valorizou-se com os anos – é que era único no sentido de que correspondia a uma área da esquerda radical, mas que não era sectária. [Na época] isso praticamente não existia em lado nenhum, a não ser mesmo em vésperas do 25 de Abril de 1974."*

Apaixonado por cinema, Vicente Jorge Silva realizou o filme *"Porto Santo"* (1997) e as curtas metragens *"O Limite e as Horas"* (1961), *"O Discurso do Poder"* (1976), *"Vicente Fotógrafo"* (1978), *"Bicicleta - Ou o Tempo Que a Terra Esqueceu"* (1979) e *"A Ilha de Colombo"* (1997).

Num momento histórico em que as notícias falsas têm sido um dos combustíveis preferenciais para o crescimento da extrema-direita, o compromisso do jornalismo e das e dos jornalistas com a verdade, com a liberdade e com a democracia é o maior legado que Vicente Jorge Silva nos deixa e que urge valorizar e praticar.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 17 de setembro de 2020, lamenta profundamente o falecimento de Vicente Jorge Silva e endereça à família e amigos/as sentidas condolências.

(Documento apresentado pela bancada do BE – foi Aprovado por Unanimidade)

Odivelas, 21 setembro de 2020»

(Aprovado por unanimidade)

REPUBLICAÇÃO

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS

No *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 19 de 2020, encontra-se publicado em anexo, o *Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos*, no âmbito da deliberação da Assembleia Municipal de Odivelas na sua 10.ª Sessão extraordinária, realizada em 31 de julho de 2020 (página 43 do referido boletim).

O serviço emissor do referido regulamento solicita a republicação do *Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos* no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, em virtude de ter sido detetado um lapso no artigo 10.º, estando em falta a alínea k.

Assim, onde se lê:

“... l) Com exceção da comunicação social e para fins exclusivos de cobertura informativa, fotografar espaços sem autorização prévia da chefia da rede municipal de bibliotecas.

m) Fotografar trabalhadores e utentes sem autorização prévia dos próprios. ...”

Deve ler-se:

“... k) Com exceção da comunicação social e para fins exclusivos de cobertura informativa, fotografar espaços sem autorização prévia da chefia da rede municipal de bibliotecas.

l) Fotografar trabalhadores e utentes sem autorização prévia dos próprios. ...”

Pelo exposto procede-se à republicação, do *Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos*, em anexo no final do presente boletim.

O referido Regulamento entra em vigor, após publicação no *Diário da República*, nos termos do artigo 32.º do referido regulamento.

[*Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos* publicado em anexo no final do presente boletim]

ANEXO

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS

(Conforme o que consta na página 53 do presente boletim)

*O Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos entra em vigor,
após publicação no Diário da República,
nos termos do artigo 32.º do referido regulamento.*

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS

Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013 e 50-A/2013, respetivamente de 1 e 11 de novembro e, nos termos do n.º 3 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, tendo o respetivo projeto sido objeto de apreciação pública, é estabelecido o Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Âmbito de Aplicação

1. O presente Regulamento aplica-se ao funcionamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos que integram a rede municipal de bibliotecas de Odivelas.
2. A Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos prestam serviços de caráter informativo, educativo e cultural, tendo por finalidade a promoção do livro e da leitura, observando os princípios expressos no “Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas”.

ARTIGO 2.º

Objetivos

A Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos têm por objetivos:

- a) Proporcionar o livre acesso à cultura e à informação a todos os munícipes.
- b) Facilitar o acesso aos diversos suportes de informação, através da consulta local ou do empréstimo domiciliário.

- c) Adquirir, organizar e disponibilizar coleções de modo a dar resposta às necessidades de informação, educação e cultura, visando a descentralização dos serviços de leitura pública no espaço concelhio.
- d) Valorizar, divulgar e possibilitar o acesso da população ao património cultural da região, através da criação de um fundo bibliográfico local.
- e) Prestar apoio às bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino do Concelho.
- f) Promover atividades de animação e divulgação cultural, contribuindo para a ocupação dos tempos livres da população.

ARTIGO 3.º

Atividades

1. Para prossecução dos objetivos referidos no artigo 2.º, a Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos propõem-se implementar as seguintes atividades:
 - a) Gestão do acervo bibliográfico, de modo a disponibilizar serviços eficientes e de qualidade.
 - b) Atualização regular das coleções.
 - c) Organização técnica dos documentos de modo adequado e permanente.
 - d) Realização de atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura.
 - e) Promoção de autores locais, através de encontros, debates e outras iniciativas.
 - f) Cooperação com outras bibliotecas, entidades e organismos que contemplem, nas suas atividades, a promoção cultural, educativa e informativa.
 - g) Criação de serviços inovadores e especiais que visem disseminar o acesso à informação.

2. Para além das iniciativas referidas no número anterior, a Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos poderão desenvolver outras atividades e serviços que se enquadrem nos objetivos a que se propõem.

3. As atividades da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas ou de entidades externas não podem ter fins lucrativos, à exceção de lançamentos de livros, feiras do livro e iniciativas/eventos similares.

CAPÍTULO II

SUJEITOS

ARTIGO 4.º

Condições de Admissão

1. Pode ser utente da rede municipal de bibliotecas qualquer pessoa singular, estabelecimento de ensino ou instituição de carácter social, cultural ou desportivo.

2. A admissão como leitor em qualquer biblioteca da rede municipal é gratuita e está dependente da apresentação do cartão de leitor.

3. A obtenção do cartão de leitor está dependente de:

a) Apresentação do documento de identificação (bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou autorização de residência).

b) Indicação da data de nascimento.

c) Indicação do endereço de correio eletrónico e telemóvel ou, na ausência destes, da morada.

4. A atribuição do cartão de leitor a menor de dezoito anos está dependente de:

a) Autorização prévia do(s) titular(es) das responsabilidades parentais, mediante o preenchimento do termo de responsabilidade.

b) Apresentação do documento de identificação do menor (bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou autorização de residência).

c) Indicação da data de nascimento do menor.

d) Indicação do endereço de correio eletrónico e telemóvel ou, na ausência destes, a morada do(s) titular(es) das responsabilidades parentais.

5. A obtenção do cartão de leitor por estabelecimento de ensino ou instituição de carácter social, cultural ou desportivo está dependente de:

a) Credencial da pessoa coletiva, em papel timbrado, a delegar a titularidade do cartão de leitor num seu representante.

b) Apresentação do documento de identificação do representante delegado.

c) Indicação do endereço de correio eletrónico e telemóvel ou, na ausência destes, a morada.

6. O cartão de leitor é válido pelo período de três anos, renovável por iguais períodos. A revalidação do cartão de leitor dos estabelecimentos de ensino e instituições de natureza social, cultural ou desportiva está condicionada à apresentação da credencial prevista na alínea a) do n.º 5 do presente artigo, devidamente atualizada.

7. Aos utentes que, durante o período de validade do cartão, atinjam os dezoito anos, é solicitada a atualização dos seus dados pessoais.

ARTIGO 5.º

Direito dos Utes

Aos utentes da rede municipal de bibliotecas é garantido o direito a:

a) Serem tratados com civismo, equidade, imparcialidade e atenção.

b) Consultarem o catálogo bibliográfico informatizado.

- c) Consultarem as coleções existentes nas estantes.
- d) Solicitarem, mediante a apresentação do cartão de leitor, o empréstimo domiciliário dos documentos disponíveis para tal fim nos termos definidos no presente Regulamento.
- e) Utilizarem o computador uma hora por dia, para elaboração de trabalhos e leitura de suportes digitais das coleções, bem como para consulta de fontes remotas de informação, designadamente a Internet, mediante a exibição do cartão de leitor. Excecionalmente, esse tempo poderá ser maior, caso não existam utentes à espera.
- f) Serem informados, com a antecedência mínima de 48 horas, exceto em situações imprevisíveis, de qualquer modificação que venha a ser efetuada em horários, serviços ou atividades.
- g) Apresentarem sugestões, reclamações e propostas, mediante o preenchimento de impresso próprio.
- h) Reproduzirem documentos, desde que não infrinjam as normas legalmente estabelecidas no “Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos”, através de dispositivos digitais de uso pessoal que, para o efeito, devem obrigatoriamente ser submetidos a registo prévio na biblioteca.

ARTIGO 6.º

Gestão da Privacidade e Proteção de Dados

1. A recolha e o tratamento de dados pessoais, fornecidos na Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos, são feitos em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), adotado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, cuja execução, na ordem jurídica nacional, é assegurada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. A recolha e o tratamento de dados pessoais têm por finalidade:
 - a) O fornecimento continuado dos serviços de empréstimo domiciliário.
 - b) A informação de atividades e outros eventos relacionados com a promoção do livro e da leitura.

c) A identificação inequívoca dos utentes, inscritos como leitores ou participantes nas atividades, e o estabelecimento de contacto individualizado.

3. Os dados pessoais são conservados de acordo com os seguintes critérios:

a) Os dados recolhidos no ato de inscrição como leitor na rede de bibliotecas municipais são conservados pelo período legal de três anos (Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro), ou, em caso de incumprimento nos serviços de empréstimo domiciliário, até à regularização do incumprimento.

b) Relativamente às doações nominais, ao longo do ano e eliminados em janeiro do ano seguinte, após ser dado conhecimento da lista de doadores ao Órgão Executivo Municipal. O nome dos doadores é conservado de forma permanente junto aos exemplares doados no catálogo bibliográfico da rede de bibliotecas municipais, se, para o efeito, tiverem dado autorização em declaração própria.

c) Ao longo do período de realização das atividades e outros eventos relacionados com a promoção do livro e da leitura.

4. Os dados pessoais necessários à prossecução dos objetivos ou ao fornecimento de serviços são:

a) Os referidos no n.º 3 ou n.º 4 do artigo 4.º, na obtenção do cartão de leitor.

b) Nome, endereço eletrónico ou telemóvel, nas atividades e outros eventos relacionados com a promoção do livro e da leitura. Na ausência dessas formas de contacto, a morada é solicitada. A morada é igualmente necessária quando as atividades são realizadas em casa dos utentes.

c) Adicionalmente, é necessário fornecer a idade e o nome do acompanhante, nas atividades destinadas a crianças.

d) Nome, endereço eletrónico, telemóvel, morada e número de identificação fiscal da pessoa singular, para efeitos de aplicação das taxas identificadas no artigo 21.º, quando a pessoa singular requisita, a título individual, as instalações da sala polivalente e o equipamento audiovisual a ela afeto.

5. De acordo com o RGPD, ao titular dos dados pessoais é garantido o direito a:

- a) Proteção e confidencialidade dos dados pessoais.
- b) Acesso, retificação, alteração, limitação, reclamação a uma autoridade de controlo, portabilidade dos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como oposição ao tratamento e apagamento desses dados. O apagamento dos dados pessoais está, no entanto, condicionado à situação regularizada nos serviços de empréstimo domiciliário.
- c) Para os efeitos referidos na alínea anterior, o titular dos dados pessoais poderá contactar o Município de Odivelas, que é o Responsável pelo Tratamento de Dados, através do endereço eletrónico geral@cm-odivelas.pt, ou o Encarregado Geral de Proteção de Dados do Município de Odivelas, através do endereço eletrónico protecaodedados@cm-odivelas.pt.

ARTIGO 7.º

Deveres dos Utentes

Os utentes são obrigados a:

- a) Cumprir as normas estabelecidas no presente Regulamento.
- b) Respeitar e relacionar-se de forma cívica e cortês com os trabalhadores e restantes utentes, nomeadamente não emitindo ou produzindo ruídos.
- c) Colocar os documentos consultados nos locais indicados para o efeito, não os devendo arrumar nas estantes de onde foram retirados.
- d) Manter em bom estado de uso e conservação os documentos que lhes forem facultados, quer na consulta local quer na consulta domiciliária.
- e) Ressarcir o Município de Odivelas pelos danos que causem nas instalações da rede de bibliotecas municipais, em documentos, equipamentos ou perdas, através do pagamento integral dos mesmos ou da respetiva reposição.
- f) Cumprir os prazos estabelecidos para a devolução dos documentos requisitados.

g) Comunicar, de imediato, a perda ou extravio do cartão de leitor, sob pena de serem responsabilizados pela utilização fraudulenta efetuada por terceiros.

h) Manter atualizados os dados pessoais registados na ficha de inscrição.

Artigo 8.º

Acidentes Pessoais

O Município de Odivelas declina qualquer responsabilidade por acidentes que ocorram com os utentes aquando da utilização das instalações, salvo as situações previstas e abrangidas pelo seguro que o Município possui para o efeito.

ARTIGO 9.º

Permanência de Menores

O Município de Odivelas declina qualquer responsabilidade por acidentes e danos que se venham a verificar com menores nas instalações das bibliotecas da rede municipal, decorrentes da omissão do dever de vigilância dos respetivos responsáveis legais.

ARTIGO 10.º

Proibições

É expressamente proibido ao utente:

a) Consumir alimentos e bebidas nas instalações das bibliotecas da rede municipal. A interdição do consumo de alimentos e bebidas não-alcoólicas não se aplica ao espaço Biblioteca Fora de Hor@s.

b) Utilizar objetos, materiais ou outros instrumentos que possam danificar o imóvel, mobiliário e documentos.

c) Escrever, sublinhar, rasgar, dobrar as folhas de qualquer documento, bem como marcá-los por qualquer outra forma.

- d) Transportar para o exterior das instalações das bibliotecas da rede municipal qualquer documento ou equipamento sem que para o efeito tenha sido autorizado pelos serviços e técnicos responsáveis.
- e) Fazer-se acompanhar por animais, exceto nas situações legalmente admitidas.
- f) Ligar computadores pessoais à rede informática do Município de Odivelas.
- g) Instalar e descarregar qualquer tipo de programas nos computadores disponíveis ao público, através de unidades de armazenamento ou da Internet.
- h) Consultar páginas eletrónicas com conteúdos violentos ou pornográficos ainda não bloqueadas pelos serviços, sob pena de lhe ser permanentemente vedado o acesso aos computadores.
- i) Utilizar equipamentos sonoros, exceto com auscultadores e desde que não emitam ruído.
- j) Utilizar telemóvel ou outros aparelhos de comunicação.
- k) Com exceção da comunicação social e para fins exclusivos de cobertura informativa, fotografar espaços sem autorização prévia da chefia da rede municipal de bibliotecas.
- l) Fotografar trabalhadores e utentes sem autorização prévia dos próprios.

ARTIGO 11.º

Incumprimentos

1. O incumprimento do prazo de devolução de documentos, ainda que esse incumprimento se verifique apenas num dos documentos, impede o utente de requerer a prorrogação de prazos, de reservar documentos e de requerer novos empréstimos por um número de dias igual ao número de dias de atraso.
2. Aos utentes responsáveis por posse prolongada, dano ou perda de documentos, a rede municipal de bibliotecas reserva o direito de recusar o serviço de empréstimo domiciliário e o acesso aos equipamentos informáticos.

3. O utente não poderá renovar o cartão de leitor em caso de prática de ato suscetível de ressarcimento ao Município de Odivelas pelos danos que tenha causado nas instalações e/ou equipamentos da rede municipal de bibliotecas, em documentos ou perdas destes e cujo pagamento integral ou respetiva reposição ainda não tenha efetuado.

4. No caso de a reposição não ser possível, o utente indemnizará o Município de Odivelas em quantia equivalente ao valor do documento no mercado editorial.

5. A prática de ato que provoque danos nas instalações e/ou equipamentos da rede municipal de bibliotecas, em documentos ou respetiva perda, não inibe o Município de Odivelas, independentemente do presente Regulamento, de acionar os meios legais existentes, nomeadamente os civis e criminais.

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO

Título I

Regras Comuns a Todos os Espaços

ARTIGO 12.º

Acesso

1. O acesso dos utentes às estantes é livre, podendo ser consultados todos os documentos existentes nas salas de leitura.

2. Qualquer cidadão pode circular livremente nos espaços destinados ao público e utilizar os serviços de livre acesso disponibilizados.

3. Poderá ser negada a entrada aos utentes que se apresentem em condições de higiene e salubridade que ponham em causa o bem-estar dos trabalhadores e público em geral.

4. O acesso de crianças deve ser sempre efetuado na companhia de pessoa adulta para tanto autorizada pelo(s) titular(es) das responsabilidades parentais, não se responsabilizando as bibliotecas da rede municipal por eventuais ocorrências.

ARTIGO 13.º

Espaços

O utente poderá ter ao seu dispor os seguintes espaços, a determinar em função das características das instalações onde se insere cada biblioteca:

- a) Átrio, para a realização de exposições e outras atividades de animação cultural.
- b) Bebeteca (dos 9 aos 36 meses) e salas de leitura infantil, juvenil/multimédia e de adultos.
- c) Sala do conto, para atividades de promoção do livro e da leitura.
- d) Áreas de leitura informal e de convívio.
- e) Sala Polivalente, para realização de conferências, seminários, palestras, ações de formação e outros eventos similares, de acordo com as regras previstas no Título II do presente Capítulo.
- f) Instalações sanitárias.

ARTIGO 14.º

Serviços

O utente poderá dispor dos seguintes serviços, a determinar em função das características das instalações onde se insere cada biblioteca:

- a) Serviço de acolhimento e empréstimo.
- b) Serviço de referência.

ARTIGO 15.º

Horário

1. O horário de funcionamento ao público da Biblioteca Municipal D. Dinis é o seguinte:

INVERNO	VERÃO
16 de setembro a 14 de junho	15 de junho a 15 de setembro
Serviço de Empréstimo e Salas de Leitura	
De terça a sexta-feira	De terça a sexta-feira
Das 9:30 às 18:45 horas	Das 9:30 às 18:45 horas
Sábados	Sábados
Das 9:30 às 16:45 horas	Das 9:30 às 14:45 horas
Biblioteca Fora de H@ras	
De segunda-feira a sábado	De segunda-feira a sexta-feira
Das 9:30 às 23:00 horas	Das 9:30 às 23:00 horas
	Sábados
	Das 9:30 às 23:00 horas
	Mês de agosto
	De segunda-feira a sexta-feira
	Das 9:30 às 19:00 horas
	Sábados
	Das 9:30 às 15:00 horas

2. O horário de funcionamento ao público da Sala Polivalente e átrios é o seguinte:

INVERNO	VERÃO
16 de setembro a 14 de junho	15 de junho a 15 de setembro
De segunda-feira a sábado	De segunda-feira a sábado
Das 9:30 às 23:00 horas	Das 9:30 às 23:00 horas
	Primeira quinzena de agosto
	De segunda-feira a sexta-feira
	Das 9:30 às 19:00 horas
	Sábados
	Das 9:30 às 15:00 horas

3. O horário de funcionamento ao público dos polos é o seguinte:

INVERNO	VERÃO
16 de setembro a 14 de junho	15 de junho a 15 de setembro
Serviço de Empréstimo e Salas de Leitura	
De terça a sexta-feira	De terça a sexta-feira
Das 9:15 às 13:00 e das 14:00 às 17:45 horas	Das 9:15 às 13:00 e das 14:00 às 17:45 horas
Sábados	Sábados
Das 9:15 às 13:00 e das 14:00 às 16:45 horas	Das 9:15 às 13:00 e das 13:30 às 14:45 horas

4. A Biblioteca Municipal de Odivelas e respetivos polos encerram nos feriados nacionais, feriado municipal (19 de novembro), terça-feira de carnaval, sábado de aleluia e na segunda quinzena do mês de agosto, para manutenção e reorganização das salas e serviços.

Título II

Regras Aplicáveis Exclusivamente à Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal D. Dinis

Artigo 16.º

Utilização da Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal D. Dinis

1. A Sala Polivalente é destinada a ações de formação, conferências, palestras, reuniões de caráter informativo e outros eventos similares, tendo capacidade para, aproximadamente, 200 pessoas, dispondo de cerca de 140 lugares sentados.

2. A Biblioteca Municipal D. Dinis constitui um espaço público de cultura e informação por excelência. Assim os eventos a realizar pelas entidades requisitantes não devem de modo algum desvirtuar estes princípios, sob pena de poderem vir a ser recusados futuros pedidos de cedência de instalações.

3. O Átrio Principal, situado no piso 2, destina-se à realização de exposições, feiras do livro e outros eventos similares.

4. O Átrio junto à Sala Polivalente, situado no piso 1, destina-se ao apoio a iniciativas na Sala Polivalente, nomeadamente receção, secretariado, serviço de *catering* e outros similares, assim como à realização de exposições.

Artigo 17.º

Condições de Utilização da Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal

D. Dinis

1. As iniciativas, independentemente da sua duração e natureza, não devem afetar o normal funcionamento da Biblioteca Municipal D. Dinis.

2. O manuseamento do equipamento audiovisual é da responsabilidade do(s) técnico(s) de audiovisuais e do(s) funcionário(s) da Biblioteca Municipal D. Dinis.

3. A entidade requisitante é responsável pela arrumação (na montagem e desmontagem) da Sala Polivalente e do(s) átrio(s), devendo zelar pelas condições das instalações e dos materiais. Inclui-se neste artigo a remoção de materiais danosos aplicados no imóvel e no mobiliário.

4. A montagem e desmontagem de exposições no(s) átrio(s) deve ser feita, sempre que possível, às segundas-feiras, dia em que a Biblioteca Municipal D. Dinis se encontra encerrada ao público.

Artigo 18.º

Equipamento

A Biblioteca Municipal D. Dinis dispõe de material audiovisual e outros equipamentos adequados ao tipo de iniciativas mencionadas no artigo 16.º.



Artigo 19.º

Acesso

O acesso do público à Sala Polivalente da Biblioteca Municipal D. Dinis faz-se através da escada situada no lado direito da fachada principal, no sentido de salvaguardar de ruídos os espaços reservados à leitura.

Artigo 20.º

Cedência de Instalações

A cedência das instalações é feita prioritariamente a:

1. Iniciativas da Câmara Municipal de Odivelas e iniciativas previstas na programação regular da BMDD.
2. Iniciativas apoiadas pela Câmara Municipal de Odivelas.
3. Iniciativas das Juntas de Freguesia do Concelho.
4. Iniciativas das Escolas e Coletividades do Município de Odivelas.
5. Iniciativas de outras Entidades do Concelho.
6. Iniciativas de Entidades fora do Concelho.

Artigo 21.º

Taxas

1. Como contrapartida da utilização das instalações da Sala Polivalente e do equipamento audiovisual a ela afeto, a entidade requisitante fica sujeita ao pagamento das taxas constantes no “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais” e “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Odivelas” (doravante RTORM).

2. A cedência da Sala Polivalente e respetivos Átrios implica obrigatoriamente o pagamento do serviço de Segurança e Vigilância, cujo valor será debitado pela Empresa de Segurança e Vigilância diretamente à entidade requerente.

Artigo 22.º

Isenção de Taxas

1. A Câmara Municipal de Odivelas pode isentar, total ou parcialmente, do pagamento de taxas, as entidades que reúnam as condições de isenção previstas no RTORM.

2. A isenção de taxas não isenta do pagamento do serviço referido no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 23.º

Procedimentos

1. Os pedidos de utilização da Sala Polivalente e dos átrios devem ser feitos por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-odivelas.pt, ou via CTT para o endereço Paços do Concelho, Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, com 30 dias de antecedência.

2. A entidade requisitante deverá contatar previamente a Biblioteca, através de correio eletrónico para o endereço bmdd@cm-odivelas.pt, a fim de se certificar da disponibilidade da cedência das instalações para a data pretendida, ficando sujeita ao referido no número anterior.

Artigo 24.º

Danos nas Instalações e/ou Equipamento

Os danos causados nas instalações e no material (mesas, cadeiras, painéis expositores e outros), durante o período da cedência dos mesmos, e que não resultem de uma correta e normal utilização, são da responsabilidade da entidade requisitante.

CAPÍTULO IV
EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO

ARTIGO 25.º
Admissibilidade de Empréstimo

1. O empréstimo domiciliário de documentos está condicionado à apresentação do cartão de leitor.
2. Cada utente poderá requisitar até sete (7) documentos: 3 livros, 2 CD e 2 DVD por requisição.
3. Os estabelecimentos de ensino e instituições de carácter social, cultural ou desportivo poderão requisitar até dez (10) documentos: 6 livros, 2 CD e 2 DVD por requisição.

ARTIGO 26.º
Prazos

1. O prazo de empréstimo domiciliário dos documentos referenciados no artigo 25.º é de dez dias úteis.
2. Entende-se por dias úteis, os dias de funcionamento das bibliotecas da rede municipal, excluindo segundas, domingos e feriados, ou outros que impliquem o encerramento dos serviços.
3. O empréstimo domiciliário poderá ser prorrogado até duas vezes, devendo o pedido de prorrogação ser efetuado até à data limite do empréstimo, na sessão pessoal da página da rede municipal de bibliotecas, no balcão de empréstimo, correio eletrónico ou via telefone.
4. É condição de renovação do empréstimo de documentos a não existência de qualquer reserva dos mesmos por outro utente para idêntico período, a não existência de suspensão ativa e a não existência de documentos em atraso.
5. Em caso de incumprimento do prazo de devolução dos documentos, estabelecido no empréstimo, os serviços da rede municipal de bibliotecas notificarão o utente via correio eletrónico ou SMS para, no prazo de 10 dias, proceder à devolução dos mesmos, sob pena da aplicação das sanções decorrentes do presente Regulamento.

ARTIGO 27.º

Restrições

1. Não são suscetíveis de empréstimo domiciliário:

a) Livros de referência e documentação pertencentes ao fundo local, exceto quando exista mais do que um exemplar destes.

b) Livros em mau estado de conservação ou danificados.

c) Publicações periódicas (jornais e revistas).

d) Documentos assinalados na lombada com etiquetas quadrangulares de cor vermelha ou amarela.

2. Para efeito de esclarecimento da alínea a) do número anterior, consideram-se:

a) Livros de referência, os editados sob a forma de enciclopédias, dicionários, guias, atlas ou outros.

b) Documentação pertencente ao fundo local, o conjunto de documentos que dizem respeito ao património cultural e à memória coletiva da região.

3. Excecionalmente, mediante a apresentação de requerimento escrito, devidamente fundamentado, poderá proceder-se ao empréstimo domiciliário dos documentos referidos nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 do presente artigo.

CAPÍTULO V

INFRAÇÕES

ARTIGO 28.º

Coimas

1. A violação do estatuído no presente Regulamento constitui Contraordenação, sancionada com coima indexada ao valor da Retribuição Mínima Nacional (RMN), nos termos seguintes:

a) A infração ao disposto na alínea g) do artigo 7.º e alíneas a), i), j) e l) do artigo 10.º, com coima de 1/8 RMN a 1/4 RMN.

b) A infração ao disposto nas alíneas d), f), g) e h) do artigo 10.º, e n.º 4 do artigo 11.º, com coima de 1/6 RMN a 1/2 RMN.

c) A infração ao disposto nas alíneas b) e c) do artigo 10.º, com coima de 1/2 RMN a 4,5 RMN.

d) A infração ao disposto nas alíneas a), b), c), d), f) e h) do artigo 7.º, com coima de 1/8 RMN a 1/4 RMN.

2. A negligência é punível nos termos gerais.

ARTIGO 29.º

Sanções Acessórias

Sem prejuízo das coimas previstas no artigo anterior, poderão ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

a) Sanção acessória de proibição de frequência das bibliotecas municipais de Odivelas, pelo período máximo de cinco anos, relativamente às contraordenações previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 28.º do presente Regulamento.

b) Sanção acessória de cassação do cartão de leitor para as contraordenações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 28.º do presente Regulamento.

ARTIGO 30.º

Competência para Aplicação das Coimas e das Sanções Acessórias

A competência para ordenar a abertura de processo de contraordenação, para aplicação das coimas e das sanções acessórias previstas no presente Regulamento, pertence ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas ou ao Vereador com competência delegada na superintendência dos serviços de bibliotecas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31.º

Casos Omissos

As situações não previstas neste Regulamento e que necessitem de ser supridas serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas.

ARTIGO 32.º

Entrada em Vigor

Este Regulamento entra em vigor após publicação no “Diário da República”.

ARTIGO 33.º

Revogação

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, consideram-se revogados todos os regulamentos municipais que versem sobre esta matéria.